PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Rachel Cristina Oliveira

ARTUROS E O TERRITÓRIO DA DIFERENÇA:
organização comunitária para mediação e desenvolvimento local

Belo Horizonte
2016

Rachel Cristina de Oliveira

ARTUROS E O TERRITÓRIO DA DIFERENÇA:
organização comunitária para mediação e desenvolvimento local

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para aquisição do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Juliana Gonzaga Jayme

Área de Concentração: Cultura, Identidades e Modos de vida

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Oliveira, Rachel Cristina
O49a Arturos e o território da diferença: organização comunitária para mediação e desenvolvimento local / Rachel Cristina Oliveira. Belo Horizonte, 2016.
105 f. : il.

Orientadora: Juliana Gonzaga Jayme
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Pluralismo cultural. 2. Política pública. 3. Comunidades - Desenvolvimento. 4. Patrimônio cultural. 5. Folclore dos negros. I. Jayme, Juliana Gonzaga. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 719(815.1)

Rachel Cristina de Oliveira

ARTUROS E O TERRITÓRIO DA DIFERENÇA:

organização comunitária para mediação e desenvolvimento local

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para aquisição do título de Mestre em Ciências Sociais

_____

Profª. Drª Juliana Gonzaga Jayme – PUC Minas (Orientadora)

_____

Profª Drª Glaura Lucas – UFMG (Banca Examinadora)

_____

Ricardo Ferreira Ribeiro – PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2016

Para Nossa Senhora do Rosário,

pela proteção.

AGRADECIMENTOS

Expresso a minha gratidão às pessoas que estiveram presentes nesse longo percurso que foi o mestrado, e que em suas singularidades contribuíram enormemente com este trabalho. Ao meu companheiro José, que com seu amor e cuidado esteve presente ao meu lado me incentivando e enchendo de leveza todos esses dias. E ainda pela generosidade intelectual em nossos debates caseiros. Sou grata também ao nosso gato Coco, que chegou trazendo ainda mais graça à nossa casa no derradeiro momento da escrita, ocupando o escritório com a sua energia travessa.

À Rita, minha mãe querida, que sempre ternamente me incentivou nos estudos. E à outra parte desse trio, minha irmã Daniella, presente em seu silêncio que lhe é tão peculiar, me apoiando de inúmeras maneiras.

Aos meus avós, José e Maria, minha inspiração nessa caminhada. E à Ana, em extensão à família nova que ganhei, pela compreensão e apoio de toda hora.

Aos amigos que, de perto ou de longe, nunca me furtaram incentivo e alegria. Em especial à Elza, pela companhia nessa jornada, quando tivemos a grata surpresa de uma bonita amizade e boas risadas.

E à Sheilla, sou grata pela parceria alegre e sempre positiva ao meu lado.

Ao Daniel, gratidão não só pelo *abstract* traduzido, mas pela companhia virtual e virtuosa em pílulas de mensagem sobre nossos processos de escrita.

Aos amigos que fiz no mestrado, em especial Cris, Débora, Rafa e Jards, presentes nas questões incessantes de pesquisa e nas boas conversas de varandinha e à mesa do bar.

À minha orientadora, Juliana Gonzaga Jayme, agradeço pela dedicação e paciência com que me conduziu em meus estudos. Foram valiosas trocas que levarei comigo.

À Glaura Lucas pela generosidade intelectual com que sempre me presenteou, agradeço também pela participação na banca de qualificação.

Ao Ricardo Ferreira Ribeiro por toda contribuição feita na ocasião da banca de qualificação, imprescindível neste resultado.

À FAPEMIG pela concessão da bolsa de estudo, de fundamental importância para a realização deste trabalho.

Aos Arturos sou imensamente grata pelo conhecimento que trouxeram à minha vida e por toda contribuição com esta pesquisa. Agradeço ao Jorge dos Santos, meu principal interlocutor arturo, pela forma carinhosa com que sempre me recebeu. E dessa forma acolhedora e carinhosa, fui recebida também por Seu Antônio e Seu Mário, e ainda pelo Bengala, Marquinhos e João Carlos Pio, que pacientemente contaram-me suas histórias. Minha gratidão!

“Ê, minha mãe, minha mãezinha, ai ai
Minha mãezinha do céu, ai ai
Vou pedir tua licença, ai ai
Pr’essa ingoma começar
Ole, lê
Olé, lê
Ê,ô,ô, iê”
(Guarda de Moçambique dos Arturos)

RESUMO

Com a presente dissertação, descrevo o modo como a Comunidade dos Arturos se organiza para o acesso a políticas públicas. Tendo em vista o protagonismo que a cultura assumiu nas últimas décadas e a modificação dos limites entre cultura e economia, deslocou-se para o centro da agenda política governamental a necessidade de respeito e proteção da diversidade cultural. Para isso, abordo alguns marcos normativos das políticas identitárias, em destaque a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, cujo discurso de reparação a grupos negligenciados se mistura ao discurso de garantia da diversidade cultural fomentado por agências internacionais. A Comunidade dos Arturos tem adquirido notoriedade nesse acesso em relação a outras comunidades negras, de modo que a forma como a comunidade se organiza para se proteger de tanta exposição e a maneira como vem tentando capitalizar essa posição de destaque compõem os temas centrais apresentados nesta pesquisa.

Palavra-chave: Diversidade cultural. Desenvolvimento. Políticas públicas. Comunidade dos Arturos.

ABSTRACT

This dissertation describes how the Arturos community is organized to have access to public policies. Considering the leading role that culture has played in recent decades and the modification of the boundaries between culture and economics, the need to respect and protect cultural diversity was shifted to the center of the governmental political agenda. In this regard, this work tackles some normative milestones of identity policies, featuring the Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions, whose discourse of reparation to neglected groups merges with the discourse of cultural diversity guarantee promoted by international agencies. The Arturos community has acquired notoriety in such access compared with other black communities, so that the way the community is organized to protect itself from such exposure and the way it has been trying to capitalize on that leading position are the central themes presented in this research.

Keyword: Cultural diversity. Development. Public policies. Community of Arturos.

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
COMPAC	Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem
CONEP	Conselho Estadual de Patrimônio
FUNDAC	Fundação Municipal de Cultura de Contagem
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
INSRC	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 21

1 A MEMÓRIA COMO EXERCÍCIO DIÁRIO: TRADIÇÃO, IDENTIDADES E PODER PÚBLICO 31
1.1 Comunidade dos Arturos: história da família 31
1.2 O Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Contagem 42
1.3 Registros da Comunidade dos Arturos como Patrimônio Cultural Imaterial 49

2 IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CONTAGEM: ELEMENTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL 55
2.1 História da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem 55
2.2 A relação com o "mundo lá fora" 61
2.3 Os agentes híbridos 68

3 DIVERSIDADE CULTURAL: A CULTURA COMO EMERGÊNCIA E RECURSO 77
3.1 O acesso às políticas pela via da diversidade cultural 84

CONSIDERAÇÕES FINAIS 97

REFERÊNCIAS 103

INTRODUÇÃO

A Comunidade dos Arturos foi fundada por volta de 1940[1] quando Seu[2] Arthur Camilo, Dona Carmelinda e seus dez filhos, todos nascidos em Esmeraldas, mudaram-se para o sítio Domingos Pereira, situado no município de Contagem em Minas Gerais. A maior parte da família, que se encontra atualmente na sexta geração, ainda hoje reside na comunidade ou em bairros próximos. Além da propriedade, adquirida em 1888, Camilo Silvério deixou de herança a seu filho, Arthur Camilo Silvério, a fé em Nossa Senhora do Rosário e a tradição do Reinado[3]. A história dos Arturos será retomada no primeiro capítulo, quando apresento a comunidade e alguns de seus membros.

O interesse em pesquisar os Arturos começou quando participei de um projeto de extensão promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) durante o curso de graduação, realizado há dez anos. O objetivo era trabalhar as identidades dos jovens da comunidade por meio da educação patrimonial. Em uma entrevista realizada com um grupo de jovens pertencentes aos Arturos, fizemos uma pergunta relacionada à identidade quilombola e eles nos corrigiram afirmando que eram uma "comunidade negra" e não "remanescentes de quilombo".

Os entrevistados afirmaram que aquela terra não era considerada por eles como “quilombola”, uma vez que entendiam que o termo significava a terra originária da luta de negros rebelados contra a escravidão e que, por vezes, algumas pessoas da comunidade utilizavam o termo “quilombola” para escrever projetos e acessar as políticas públicas. Essas pessoas seriam os Arturos responsáveis pela relação com as pessoas "de fora”, em referência aos pesquisadores, ao Estado, à imprensa, a artistas e outros interessados que vão à comunidade para pesquisar, apresentar,

---

[1] Não existe precisão na data de fundação da comunidade, segundo Jorge dos Santos - liderança dos Arturos -. Sabe-se que um dos filhos de Seu Arthur foi antes para Contagem e só depois a família se mudou para o sítio Domingos Pereira.

[2] “Seu” é uma variação do pronome de tratamento “Senhor”, cuja forma coloquial de abreviação foi incorporada ao vocabulário português, podendo ser utilizada em substituição da abreviação formal “Sr.”. A escolha pelo “Seu” se deu para expressar melhor o tratamento respeitoso corriqueiro que é dirigido aos Arturos mais velhos pelos demais membros da comunidade, forma que parece se tornar parte de seus próprios nomes, como Seu Arthur, Seu Mário e Seu Antônio. Portanto, utilizar “Seu” é uma escolha que acredito expressar melhor o aspecto do cotidiano da comunidade, por ser um tratamento característico de suas relações.

[3] Utilizarei o termo “Reinado” em vez da expressão “Congado”, como ficou mais comumente conhecida a manifestação cultural, uma vez que tal vocábulo representa a preferência dos Arturos, principalmente dos mais velhos que enfatizaram, por diversas vezes, durante o trabalho de campo e nas entrevistas que foram realizadas, como sendo a forma que melhor expressa a tradição.

conhecer e divulgar. As identidades quilombola, negra, reinadeira ou congadeira, assim como outras, são também formas normativas e discursivas da política estatal, que são reapropriadas pelos Arturos no seu cotidiano, principalmente na ação política junto ao poder local, seja para requerer uma maior participação ou acesso a recursos. O uso do termo “quilombola”, como abordado pelos jovens Arturos, não significa, necessariamente, uma contradição, uma vez que o esforço para adequação do termo era também um esforço discursivo das políticas públicas na época.

Aqueles jovens disseram, ainda, que não seriam as pessoas certas para falar sobre a comunidade e que, portanto, deveríamos conversar com as lideranças responsáveis por contar a história dos Arturos, a quem se referiam como "eles". Aquela conversa revelou algumas questões: um certo tom protocolar nas falas desses jovens, quando indicavam as pessoas “certas” para nos contar a história dos Arturos, os responsáveis pela versão oficial; uma organização por setores, quando se referiram a "eles" como responsáveis pela relação com os visitantes, de maneira que indicavam a existência de funções dentro da comunidade; uma indicação do uso que demonstravam fazer das identidades quilombolas, "remanescentes de quilombo", "comunidade negra" ou somente "Comunidade dos Arturos"; e a menção à atividade de “escrever projetos”, sendo esta uma forma de acesso às políticas públicas de cultura, principalmente.

Outro objetivo daquele grupo de pesquisa era contribuir com as discussões sobre a construção de um centro de memória da comunidade, juntamente com os jovens Arturos, o que não chegou a acontecer. O centro, que foi uma demanda própria dos Arturos, surgiu na década de 1990 em função dos primeiros contatos com a Fundação Municipal de Cultura de Contagem (FUNDAC), e serviria tanto para abrigar as diversas produções sobre eles, que hoje se encontram espalhadas nas casas das famílias dos descendentes e na capela − cuja relação com a comunidade será explicada mais adiante − como para disponibilizar o acervo reunido para consulta dos interessados em conhecer, divulgar ou pesquisar os Arturos.

Essa experiência acabou gerando a questão sobre a qual esta pesquisa se debruça: compreender como a Comunidade dos Arturos se organiza para acessar as políticas públicas. Os objetivos da pesquisa foram mapear a rede de atores e instituições em que os Arturos estão envolvidos, descrever os papéis que cada um exerce na organização, bem como essa rede se estabelece, além de refletir sobre as narrativas em torno da história e da cultura produzidas por eles, pelos órgãos públicos

e pelos pesquisadores, e os usos que fazem das identidades, como a quilombola, para terem acesso às políticas. Para observar a agência desses diferentes atores e instituições, optei por acompanhar um processo em curso na comunidade, os registros municipal e estadual dos Arturos como Patrimônio Cultural Imaterial, que pautavam a questão do Plano de Salvaguarda e da regularização fundiária no foco de atuação dos Arturos e de outras instituições, instâncias do poder público ligadas à política quilombola.

O registro da Comunidade dos Arturos como Patrimônio Cultural Imaterial[4] foi concedido em 2014 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) e pelo Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem (COMPAC)[5], e tem provocado uma mobilização acerca da construção do Plano de Salvaguarda. A salvaguarda "[...] é um conjunto de ações no sentido de reconhecer, valorizar, estimular, fomentar, divulgar e promover o patrimônio cultural e deve ser construída prioritariamente com os responsáveis por sua existência" (IEPHA/MG, 2014, p. 9). Um aspecto que vem sendo tratado no Plano de Salvaguarda é o da regularização fundiária do terreno onde se situa a comunidade, pois a posse coletiva da propriedade é condição para a proteção dos Arturos e o processo estava paralisado.

A Comunidade dos Arturos é notável pela organização que demonstra para o acesso às políticas e aos recursos públicos, o que a torna uma referência tanto para outros grupos e comunidades tradicionais, como para as instituições estatais, que passaram a se preocupar com a universalização dos direitos e a implementação de recortes diferenciados mais adequados às realidades e aos processos históricos específicos. Em função de tal notoriedade, escolhi os Arturos como estudo de caso.

---

[4] O Patrimônio Cultural Imaterial é entendido pela UNESCO como "[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – em conjunto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este Patrimônio Cultural Imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana". (UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris: UNESCO, 2003.)

[5] O COMPAC está no âmbito da Coordenadoria de Políticas e Memória do Patrimônio Cultural, que funciona na Casa de Cultura Nair Mendes Moreira, onde atualmente também funciona o Museu Histórico de Contagem. Tal conselho está vinculado à Fundação Cultural do Município de Contagem (FUNDAC). Informação acessada pela pesquisadora em 05/02/2016, por meio do link: http://www.contagem.mg.gov.br/?guia=435885.

As falas dos jovens Arturos, mencionadas acima, suscitaram perguntas sobre uma possível organização da comunidade voltada para a gestão dos papéis e processos provenientes desse lugar da diferença que ocupariam. Tal discussão toma relevância ainda maior quando consideramos o contexto das políticas públicas nas últimas décadas, as quais se voltam para a questão da identidade e da diversidade cultural, gerando compromissos de reconhecimento e garantia de direitos de grupos e comunidades tradicionais e específicas, firmados entre países membros de organismos internacionais, como a UNESCO, dentre os quais o Brasil se encontra.

Delimitar o problema de pesquisa foi um grande desafio que acredito ter sido superado depois das aproximações que fiz com o tema e com os seus sujeitos. Apesar da minha primeira vivência nos Arturos ter acontecido ainda durante a graduação, só recentemente a intenção de pesquisá-los foi apresentada a eles. O próprio objetivo da pesquisa acabou se materializando muito tempo depois, já no desenvolvimento do curso de mestrado.

Informei a Jorge Antônio dos Santos sobre a pesquisa que pretendia fazer ao término de uma entrevista que realizei com as lideranças das guardas do Reinado de Contagem, em maio de 2014. Na ocasião, eu trabalhava como pesquisadora da empresa contratada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para realizar o *Projeto de Mapeamento das Congadas de Minas.* Jorge era o representante da Comunidade dos Arturos, que ali estava como capitão da guarda de Moçambique e diretor social da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem (INSRC), mas representava também a Casa de Cultura Nair Mendes Moreira, onde trabalha[6]. Jorge solicitou que eu enviasse a ele um resumo sobre a minha pesquisa para que pudesse submeter o pedido às demais lideranças da comunidade.

Antes de realizar esta pesquisa, trabalhei em dois projetos que envolveram os Arturos. O primeiro, realizado em 2013, foi o curso de formação de lideranças quilombolas − *Capacitação de lideranças quilombolas: transmissão de saberes e troca de experiências para o empoderamento, estímulo à luta pelos direitos, qualidade de vida e iniciativas solidárias de desenvolvimento comunitário* − desenvolvido e realizado por uma organização não governamental (ONG), com apoio e financiamento da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Identidade Racial (SEPPIR). O

[6] Jorge ocupa há dois anos um cargo na Coordenadoria de Patrimônio Cultural da Casa de Cultura Nair Mendes Moreira.

curso reunia lideranças quilombolas, pesquisadores e especialistas de diversas áreas a fim de orientá-los e instrumentalizá-los nas questões do reconhecimento da identidade quilombola e da regularização fundiária.

O segundo trabalho, em 2014, foi o *Projeto de Mapeamento das Congadas de Minas* que iria compor o *Levantamento Preliminar* do *Inventário Nacional de Referências Culturais* do IPHAN. Em função desse projeto, tive a oportunidade de entrevistar as lideranças das guardas do Reinado de Contagem, dentre elas, Jorge Antônio dos Santos, como já mencionado. Essas experiências foram importantes para que eu produzisse as primeiras impressões acerca das instituições, dos papéis, dos conflitos e das políticas públicas quilombolas.

A partir do estudo de caso dos Arturos, busco compreender acontecimentos e/ou tendências mundiais que conferem à cultura uma relevância econômica e política. A hipótese é que a comunidade se prepara e se organiza para manter o diálogo com o Estado e outras instituições, mas para isso conta com o apoio de uma rede composta de diferentes atores que mobilizam recursos variados. Optei pelo estudo de caso para compreender o grupo de forma abrangente, assim como seus membros e as relações que estabelecem. Segundo Becker (1999), é possível o conhecimento abrangente de determinado fenômeno pela exploração intensa de um único caso.

A pesquisa foi realizada a partir do método qualitativo, por meio de entrevistas não estruturadas ou focalizadas, cujo caráter aberto é a diferença central em relação à entrevista estruturada ou à semiestruturada. O uso de entrevistas não estruturadas, segundo Tim May (2004), desafia as preconcepções do pesquisador, assim como permite ao entrevistado responder perguntas dentro da sua própria estrutura de referência. A entrevista, por vezes chamada de informal, não padronizada ou não estruturada, obtém um foco diferente porque “[...] provê profundidade qualitativa ao permitir ao entrevistado falar sobre o tema, baseado em ideias e significados com os quais estão familiarizados. ” (MAY, 2004, p.149). Dessa forma, os eventos e as relações são entendidos nos seus próprios termos.

May (2004) recomenda que o pesquisador deve ter sempre em mente uma meta para conduzir esse tipo de entrevista. Ele caracteriza o método pela flexibilidade e pela descoberta do significado, em vez da padronização ou de uma preocupação em comparar, limitando as respostas com um esquema de entrevista estabelecido. Nesse sentido, mesmo se tratando de entrevistas abertas e não diretivas, a construção de

um roteiro contribuiu para a estruturação dos temas e para a organização das questões, sendo esse guia adaptado para cada pessoa entrevistada.

O roteiro de entrevista deve ser pensado como uma trama flexível, que evolui conjuntamente com a entrevista, de acordo com a pertinência das questões e com o perfil do entrevistado. Não se faz necessária sua apresentação ao entrevistado, mas tê-lo ao alcance das mãos me ofereceu segurança, tanto para consultá-lo durante a conversa como para não escapar em demasia do problema proposto na pesquisa. Um bom roteiro facilita a coleta de dados, podendo torná-los utilizáveis na pesquisa, na maioria das vezes.

Becker (1999) afirma que, no estudo de caso, é relevante perceber a maneira como as pessoas reagem aos pesquisadores (observadores), o que também se transforma em dado para a pesquisa. Assim, o autor dá importância aos procedimentos flexíveis na coleta de dados e chama atenção para o fato de que, no estudo de caso, é necessário que o pesquisador esteja preparado para lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e descritivos. Para transmitir a massa de dados coletados, os relatórios de campo são bons instrumentos e podem ser utilizados principalmente para registrar acontecimentos gestuais e de âmbito emocional impossíveis serem percebidos no áudio, permitindo a sua leitura na análise das entrevistas. Os relatórios de campo servem, ainda, para registro das conversas informais e das impressões diversas daquilo que acontece durante a presença em campo. Essas observações também foram revistas, constantemente, nos processos analíticos da pesquisa.

Obtive oito entrevistas com seis pessoas: Jorge Antônio dos Santos, que desempenha a função de diretor social da comunidade e de representante dos Arturos; Glaura Lucas, etnomusicóloga e professora da Escola de Música da UFMG; Seu Mário e Seu Antônio, descendentes diretos de Seu Arthur Camilo e de Dona Carmelinda, fundadores da comunidade; Bengala, como é conhecido José Bonifácio da Luz − vice-presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem; João Carlos Pio de Souza, membro da Irmandade, na qual atua como conselheiro fiscal, compondo também o trono coroado do Reinado. Com Jorge e Glaura Lucas realizei uma segunda entrevista devido à importância dos papéis que ambos desempenham na organização da comunidade para o acesso às políticas públicas.

Realizei, durante o trabalho de campo, além das entrevistas, a observação direta em alguns eventos. Em junho de 2014 acompanhei o debate produzido pelo

programa “Café Controverso”[7] sobre a salvaguarda do Congado mineiro, os processos de salvaguarda e as perspectivas das próprias comunidades e do órgão de patrimônio. O debate contribuiu com muitas das reflexões feitas nesta pesquisa, cuja análise estará principalmente no segundo e no terceiro capítulo.

Participei também de uma assembleia da Irmandade realizada no mesmo mês. Não fiz registro em áudio ou fotográfico por julgar invasivo para a ocasião. O equipamento seria um elemento constrangedor para a dinâmica daquele espaço, o que, em certa medida, a minha presença já provocava. Os integrantes tratavam de assuntos internos à Irmandade e à comunidade, que necessitavam ser informados no coletivo ou que precisavam de decisões compartilhadas. Várias anotações foram feitas no caderno de campo, durante a reunião.

Analisei também o material documental selecionado por Jorge, que ficou disponível para a minha consulta na Casa de Cultura Nair Mendes Moreira. Não tive acesso ao material guardado na sala da capela que fica dentro da comunidade. Do material que analisei, havia, sobretudo, documentos produzidos no cotidiano da Irmandade, como os livros de atas com os registros das reuniões de diretoria desde 2008, que são realizadas mensalmente na comunidade; documentação de natureza jurídica da Irmandade; e outros registros, como a certidão de autorreconhecimento fornecida pela Fundação Cultural Palmares em 2004.

Dentre os documentos havia também textos jornalísticos sobre os Arturos, datilografados entre 1983 e 1991, produzidos pela assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Contagem. Além de fotografias, encontrei recortes e exemplares de jornais antigos sobre o movimento negro na década de 1990, e inúmeros panfletos, datados em vários anos, com a programação das festas da comunidade.

Apresentar os dados, segundo May (2014), significa também mostrar suas formas características, assumidas em cada estágio da pesquisa, o que o autor chama de “história natural dos dados”. É possível, desse modo, avaliar a evidência do dado à medida que a análise substantiva for sendo apresentada. De acordo com Becker (1999), o principal problema da pesquisa qualitativa é a ausência de regras na coleta de dados do pesquisador em campo. A análise realizada depois do trabalho de campo,

---

[7] Registrei o áudio do debate, que foi também veiculado na Rádio Educativa da UFMG na semana seguinte à sua realização. O “Café Controverso” acontece aos sábados, às 11h, no Espaço do Conhecimento, equipamento cultural da UFMG localizado na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.

assim, deve ser encarada como continuidade da etapa de observação, quando o pesquisador prossegue de forma mais sistemática na construção de um modelo. Sendo assim, os processos de pesquisa precisam passar por avaliações constantes e as partes do material que apresento aqui passaram por várias análises, acompanhando as transformações ocorridas ao longo da pesquisa.

Esta dissertação será dividida em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo realizo uma descrição da história da comunidade formada em torno da figura de Seu Artur Camilo e de Dona Carmelinda. Nesse capítulo descrevo os modos como a comunidade se delimita e, para isso, serão necessárias as descrições da noção de ancestralidade artura e da instituição do Reinado. O Reinado, veremos, é uma instituição central na Comunidade dos Arturos, e o modo como essa tradição é vivida extrapola a forma tradicional de delimitação entre o político e o religioso. Para a história dos Arturos e para a análise sobre o Reinado, utilizo o trabalho dos seguintes pesquisadores como referência: Glaura Lucas (2002; 2005); Núbia Gomes & Edmilson Pereira (2000); Maria Ivanice Viegas (2014); Leda Martins (1997); e o Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos produzido pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (2014). Ao final, trato do registro como Patrimônio Cultural Imaterial pelo município e pelo estado, um reconhecimento de sua referência, inclusive, para outras comunidades.

No segundo capítulo, analiso elementos da organização dos Arturos, dando destaque à INSRC, a instituição que compõe o Reinado e o organiza, mas que também é responsável pela representação de toda a comunidade e suas articulações com o “mundo lá fora”. Para isso, descrevo a história da Irmandade e relaciono os elementos que fizeram com que ela assumisse seu atual papel. Além dos dados primários, utilizo os estudos sobre Irmandades no Brasil realizados por Fritz Salles (1963) e Caio César Boschi (1986), o trabalho recém produzido por Caio Csermark (2013), e os trabalhos acima listados que dissertam sobre a comunidade dos Arturos. Realizo, ainda, um breve mapeamento dos principais parceiros da Irmandade e faço uma reflexão sobre como a organização da comunidade tornou possível um maior protagonismo dos Arturos.

O viés das políticas públicas será tratado no terceiro capítulo, concatenado às questões referentes à diversidade cultural, sistema-mundo e globalização, relacionando brevemente essas questões a conceitos e discussões atuais sobre a

associação entre cultura e desenvolvimento. Alguns marcos normativos das políticas identitárias serão destacados, em específico das políticas quilombolas, cujo discurso estatal de reparação a grupos negligenciados se mistura ao de garantia da diversidade cultural fomentado pelos organismos transnacionais. Muitos desses marcos reguladores são cumprimentos de acordos realizados entre os estados-membros junto a essas agências que, por sua vez, pautam a política interna dos países. É o caso da *Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, um instrumento legal da UNESCO, em vigência desde 2005, que será também um recurso de análise abordado no capítulo 3 desta pesquisa.

Para a compreensão da tendência das políticas públicas em todo o mundo e do papel das convenções e tratados internacionais, no sentido da garantia dos direitos sociais de grupos e comunidades culturalmente diferenciados, utilizo como referência o trabalho dos autores Maria Celeste Mira (2014); Elder Maia (2011); José Jorge de Carvalho (2005); e Aderval Costa Filho, Ana Beatriz Vianna Mendes e Ana Flávia Moreira Santos (2012).

Outra importante referência para a pesquisa é a discussão sobre a "conveniência da cultura" feita por George Yúdice (2004), em que o autor utiliza a ideia de conveniência no sentido de reserva disponível, como um recurso para outros fins. Para ele, o que antes era problema de domínio da economia e da política vem sendo transferido para a cultura, que acaba adquirindo um caráter instrumentalista. Stuart Hall (1997) será também referência fundamental, especialmente pela discussão sobre o papel central da cultura e sobre os estudos culturais, necessitando, segundo o autor, de uma compreensão política que considere a qualidade mundana do que está em jogo e a relação arraigada com os fenômenos sociais, como empresas e classes sociais, nações e gêneros.

Nas Considerações Finais retomo os caminhos da pesquisa e destaco a descoberta do Reinado como o percurso necessário para compreender a organização da comunidade para acessar políticas. A tradição foi tomando corpo e centralidade na pesquisa durante as entrevistas realizadas, principalmente com os descendentes arturos. Definidora de uma matriz de entendimento de vários outros processos internos na comunidade e também políticos, de mediação com o mundo externo e de ocupação de espaços de participação.

É a tradição do Reinado uma totalização dos Arturos, a partir da qual foi possível demonstrar um pensamento que integra o cotidiano aos antepassados, à

escravidão e à história fundacional de Nossa Senhora do Rosário com os negros.

1 A MEMÓRIA COMO EXERCÍCIO DIÁRIO: TRADIÇÃO, IDENTIDADES E PODER PÚBLICO

1.1 Comunidade dos Arturos: história da família

Arturos é o nome advindo de Arthur Camilo Silvério que denomina a comunidade e designa seus descendentes e membros. Ele foi o seu fundador juntamente com Carmelinda Maria da Silva. Nascido por volta de 1880[8] sob a vigência da *Lei do Ventre Livre*[9], que tornava libertos os filhos dos escravos que nasceram no Brasil, Seu Arthur, como assim o chamam, testemunhou os últimos resquícios da escravidão.

De acordo com Gomes & Pereira (2000), Camilo Silvério, pai de Arthur Camilo, havia sido traficado da região norte da África para o Rio de Janeiro, em meados do século XIX, sendo vendido para trabalhar nas minas de ouro e esmeraldas de Minas Gerais. Trabalhou também na lida com o gado em fazenda localizada no município de Esmeraldas, vizinho de Contagem. Casou-se com Felisbina Rita Cândida, que era escrava e foram, ambos, beneficiados pela Lei do Sexagenário[10] antes mesmo da Abolição da Escravatura. Tiveram oito filhos dessa união, Adão, José, Pedro, Arthur, Maria, Anna, Isabel e Josina[11]. Camilo Silvério era filho de Maria Silvério e faleceu aos 53 anos em 17 de agosto de 1893, de acordo com o atestado de morte localizado pelo IEPHA, indicando o seu nascimento em 1840.

Contam seus descendentes que Seu Arthur, quando menino, trabalhava para o seu padrinho em troca de comida e moradia. Sofria maus tratos, tendo sido proibido de ir ao enterro do seu pai com uso de violência. Na versão de Seu Antônio,

---

[8] Segundo Gomes & Pereira (2000) são desencontradas as informações sobre a data precisa de nascimento de Arthur Camilo Silvério. De acordo com a sua certidão de casamento, ele teria nascido em 21/12/1885, pelo atestado de óbito se deduz que nasceu no ano de 1880.

[9] Esta lei foi promulgada em 28 de setembro de 1871 por Visconde de Rio Branco do Partido Conservador, mas era também prometida pelo Partido Liberal. A Lei do Ventre Livre faz parte, portanto, de um processo abolicionista ocorrido no Brasil na segunda metade do século XIX. Informação consultada no link: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_abolicao.pdf.

[10] A Lei do Sexagenário é a Lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885, que garantia liberdade aos escravos com mais de 60 anos, sendo os escravos cativos obrigados a trabalhar por mais três anos à título de indenização ao senhor. Informação acessada por meio do link: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/encarte_abolicao.pdf, em 30/12/2015.

[11] INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG – *Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/MG*. Belo Horizonte, 2014, p. 30.

> Ele foi muito judiado, foi muito prejudicado. Foi criado com um senhor na fazenda, como falava... “padrinho”. No dia que meu avô morreu, depois que ele cuidou dos bezerros, cuidou de porco, fez tudo, foi lá para tomar benção do meu avô que tinha morrido, ele chegou e pediu ao padrinho dele, por isso que era padrinho. Se podia ir lá toma a benção do pai dele pela última vez, o padrinho tocou a mão na boca dele saindo sangue para todo lado. E ele chorava, chorava. “Eu não quero morrer para deixar vocês sofrerem o que eu sofri, sendo agregado dos outros”. Então, foi aonde ele foi comprando, meus tios foram vendendo, trabalhou a noite e dia para nós hoje estarmos aqui. (Antônio Maria da Silva em entrevista concedida a pesquisadora em 26/06/15).

Tal evento haveria provocado a fuga de Arthur Camilo para a Fazenda do Morrão na Serra Negra, casando-se em 1917 com Dona Carmelinda, quando foram morar na Mata do Curiangu ou Fazenda do Macuco, como era conhecida a região situada entre Caracóis, Esmeralda e Betim (GOMES & PEREIRA 2000). Somente em 1940 é que fixaram residência no sítio Domingos Pereira em Contagem, com seus dez filhos: Geraldo Arthur Camilo, Conceição Natalícia da Silva (Tetane), Juventina Paula de Lima (Intina), Maria do Rosário da Silva (Induca), José Acácio da Silva (Zé Arthur), Izaíra Maria da Silva (Tita), Antônio Maria da Silva, Mário Braz da Luz, João Batista da Silva e Joaquim Bonifácio da Silva (Bil).

Acredita-se, de acordo com os registros encontrados pelo IEPHA[12], que as terras ocupadas tenham sido adquiridas a partir do trabalho em jornadas nas fazendas de São Gonçalo da Contagem. No entanto, consta em certidão datada de 1952 do 2º ofício de contagem, que o território fora adquirido em 2 de novembro de 1888, denominado Domingos Pereira. A propriedade, de acordo com o documento, tinha 6,5 hectares e fora aumentada por aquisições de Seu Arthur até chegar aos atuais 12 hectares. Também houve incorporação de terras vizinhas, como é o caso do pedaço de terra localizado logo na entrada da comunidade, que se encontra em processo de regularização por usucapião, como informado por Jorge[13],

> Tem a propriedade da comunidade e a gente tem, nos limites da propriedade, uma área que tem um espólio enorme de José Valeriano, que era parente dos Arturos. Essa área nunca foi utilizada por essas pessoas, e nós fizemos, já há quatro anos atrás, um contato com as pessoas que representavam esses herdeiros, no sentido de angariar um espaço dessa área para a Irmandade, uma vez que não está sendo utilizada. E assim foi feito, num

---

[12] INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG – *Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/MG*. Belo Horizonte, 2014, p. 30.

[13] Jorge Antônio dos Santos foi o principal interlocutor desta pesquisa. É casado com Ione e, portanto, é genro de Seu Antônio. Apesar da não consanguinidade com os arturos, ressalta Jorge que sempre esteve na comunidade, desde criança. Inclusive, cujo parto foi realizado por Dona Juventina (Intina), uma das filhas mais velha de Seu Arthur, conforme relato do próprio Jorge durante entrevista concedida à pesquisadora em 26/06/2015.

> processo de usucapião, não é, aquisição desse espaço para a instituição. Então hoje a gente tem um processo de usucapião, que já está em fase de conclusão final no Fórum aqui em Contagem, para que essa área seja uma área da instituição, para que lá a gente crie este Centro de Referência e outras ações que são necessárias para a sobrevivência dos Arturos e a preservação das suas tradições. Raimundo Afonso da Silva, sobrinho de Seu Artur, e Lúcia dos Santos, prima de Dona Carmelinda,

Além de Seu Arthur, Dona Carmelinda e seus filhos, Raimundo Afonso da Silva e sua esposa Lúcia dos Santos coabitaram o território. Seu Arthur, trabalhava nas lavouras de grandes fazendas da região, no cultivo de subsistência em suas próprias terras e também como tropeiro e pequeno comerciante, estabelecendo, assim, um trânsito constante até Belo Horizonte e outras regiões próximas (GOMES & PEREIRA, 2000). Além do trabalho com a lavoura, no qual era ajudado por sua esposa e filhos, era também um caçador, como explica José Bonifácio da Luz (Bengala) [14]

> [...] ele era caçador de veados com cachorros né, tinha as buzinas dele de chamar os cachorros. Minha mãe conta que a paixão dele era isso. Tinha época que ele tinha dois, três cachorros pra caçar. Saía longe. Na época podia né, era comum isso aí. Caçava por aqui, caçava nas fazendas, marcava os dias de caçar com os companheiros, lá pras bandas da fazenda do Macuco. (José Bonifácio da Luz em entrevista concedida à pesquisadora em 26/06/15)

A esposa de Seu Arthur, Dona Carmelinda[15], possui uma importância semelhante à do patriarca. Nascida em 20 de maio de 1893 em Contagem, e falecida em 4 de novembro de 1983, aos 90 anos, 27 anos após a morte de seu marido, ela possuía uma importância tão central que a comunidade chegou a ser descrita como matriarcal por alguns pesquisadores (FONSECA *apud* GOMES & PEREIRA, 2000: 169). Isto ocorre porque durante os anos de viuvez, foi Dona Carmelinda quem ficou à frente dos Arturos, recebendo o apoio do filho mais velho Geraldo Arthur Camilo Silvério, que se tornou patriarca da família. Segundo Dona Intina[16], a mãe era rainha do Império, correspondente ao posto de capitão-regente do Reinado, ocupado por Seu

---

[14] José Bonifácio da Luz, mais conhecido por Bengala, é filho de Dona Tetane (Conceição Natalícia da Silva), descendente de 1ª linha, e, portanto, neto de Arthur Camilo Silvério. É capitão-mestre da Guarda de Congo e vice-presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem.

[15] Sobre os pais de Carmelinda, não encontrei informação e são incertas as fontes sobre Camilo Silvério da Silva e Felisbina Rita Cândido, os pais de Seu Arthur.

[16] Juventina Paula de Lima, filha de Seu Arthur e Dona Carmelinda, entrevistada por Gomes & Pereira (2000, p. 168-169).

Antônio, seu irmão, a quem a mãe também ajudava no “comando dos dançantes”[17]. Sua memória ressurge nos cânticos da Guarda de Moçambique aproximando-a à mãe terra e à África.

A terra, no entanto, não foi a única herança deixada por Arthur Camilo. A fé no rosário e os valores e conhecimentos reinadeiros foram transmitidos não somente pelo patriarca da família, mas também pelos sobrinhos que dividiam o território. Antes mesmos de se deslocarem para Contagem, Arhur Camilo, o sobrinho de Dona Carmelinda e o pai da sobrinha de Seu Arthur, já eram importantes reinadeiros e se juntariam, no novo território ocupado, a Seu Aristides, conhecido como “Chefe Supremo do Congado no Brasil” (FONSECA, 1978 apud LUCAS, 2005, p. 31) e amigo pessoal de Seu Arthur.

A relação com o Reinado em Contagem, no entanto, já era existente antes mesmo de sua mudança, quando sua família realizava visitas especialmente durante o período das festas. Em Contagem, no entanto, houve um forte estreitamento dos laços da família com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que era administrada fundamentalmente por membros da elite. A Irmandade constitui uma instituição de primeira importância entre os Arturos, como será discutido no segundo capítulo. A espaço vinculado aos principais rituais da Irmandade, Capela Nossa Senhora do Rosário, foi construída em 1868.

No começo do século, Contagem realizava atividades eminentemente agrícolas e pastoris, que foram desempenhadas por Arthur Camilo e seus filhos. O acesso a tratamento de saúde era basicamente pautado no conhecimento tradicional, sendo Seu Mário e Dona Intina conhecidos como benzedeiros respeitados na região (LUCAS, 2015). O crescimento da cidade e o desenvolvimento do distrito industrial durante a década de 1940 diversificou substantivamente as atividades da família, que passaram a ocupar também cargos nas fábricas e na prefeitura.

Esta versão sobre a origem da comunidade, baseada na organização familiar patriarcal e na transmissão geracional do patrimônio material, cultural e religioso, é a que encontra mais respaldo documental[18] e maior destaque entre os principais

---

[17] Referia-se Dona Intina com “comando dos dançantes” como sendo uma das funções que cabia ao capitão-regente, semelhante ao papel de rainha do Império, de orientar os componentes das guardas de Moçambique e Congo quanto aos ritmos e as danças de acordo com os fundamentos do Reinado.

[18] São registros cartoriais como certidões de nascimento, de óbito, de casamento, de propriedade particular, inventário, doações registradas em livro de atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem, assim como outros documentos relacionados a ela, como estatutos, registros produzidos pela Prefeitura Municipal de Contagem ao longo dos anos, etc.

pesquisadores dos Arturos utilizados para este trabalho: Gomes & Pereira (2000), Sabará (1997), Lucas (2014), Viegas (2014) e Csermak (2013). A matriz de formação do grupo é familiar, portanto, e reúne já seis gerações desde Seu Arthur. A maioria reside ainda na comunidade, mas alguns são moradores próximos, de bairros vizinhos. Dos filhos de Seu Arthur, Antônio Maria da Silva e Mário Braz da Luz são os únicos vivos na condução da comunidade e mestres da tradição do Reinado.

Atualmente a área delimitada como Comunidade dos Arturos está localizada no bairro Jardim Vera Cruz, a poucos quilômetros do Centro de Contagem (Ver Figura 1), mas os indivíduos que se identificam como Arturos se dissipam para além dessa área, ocupando majoritariamente os bairros de Quintas Coloniais, Praia, Olinda e o próprio Jardim Vera Cruz (VIEGAS, 2014, p. 192).

Entrando na comunidade pela Av. Padre Joaquim Martins, observa-se uma porteira com a inscrição “Comunidade dos Arturos” que delimita sua entrada. Esta entrada é seguida por uma imensa área verde, aonde se localiza um cruzeiro, e que atualmente não pertence à comunidade, mas está em processo de usucapião. Seguindo o declive desta rua, chamada Rua da Capela, algumas poucas casas com tijolos aparentes dividem um território ainda bastante arborizado.

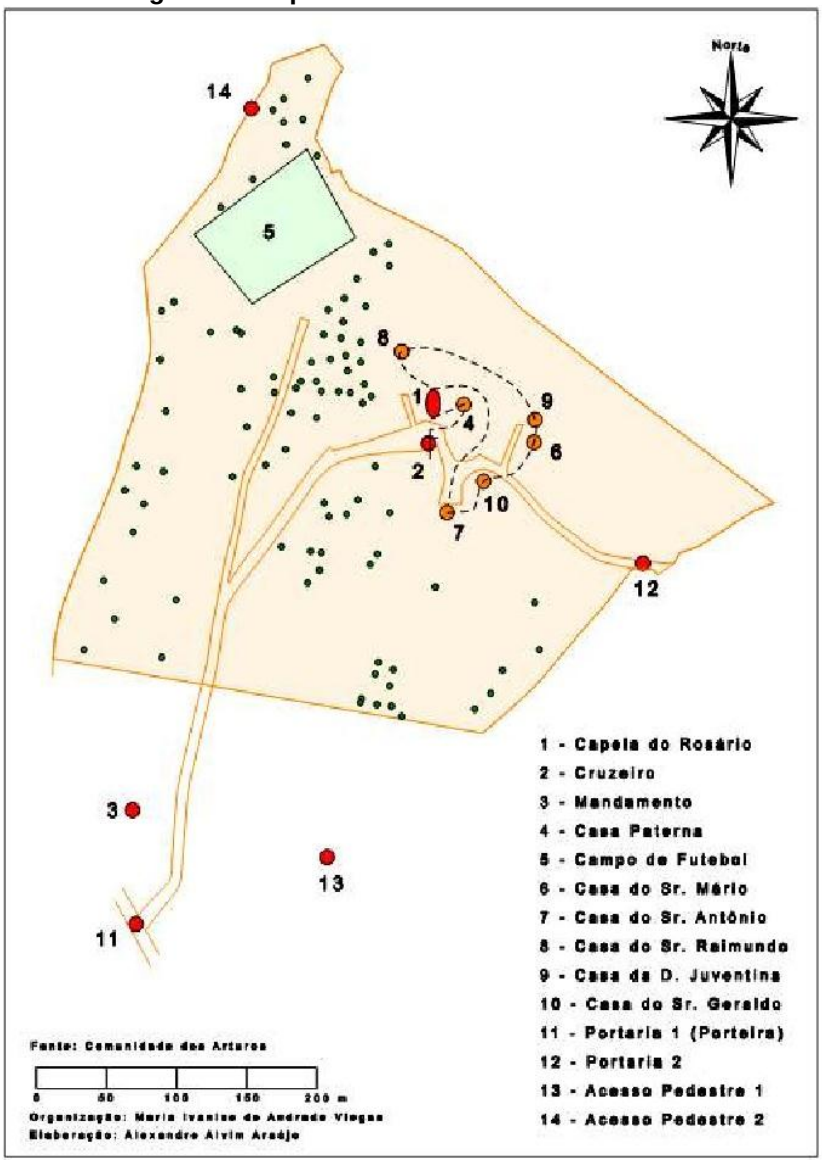
A continuação da rua culmina em um pequeno largo, aonde se localiza a Capela de Nossa Senhora do Rosário, uma construção rosa de grande importância no reinado. Seu altar, composto por um grande número de imagens de santos, pretos velhos, Iemanjás, coroas e bastões, dividem espaço com um grande número de imagens que remetem aos ancestrais da comunidade, como Dona Carmelinda e Seu Arthur e José Arsitides.

Logo ao lado da Capela, a Casa Paterna, uma construção azul com um grande pátio à frente é a atual moradia de Seu Mário e D. Dodora. A antiga Casa de Seu Artur é um lugar de reunião da família seu interior é marcado por um grande número de imagens dos familiares. Na Capela são iniciadas e terminadas as romarias do Reinado e no refeitório são servidas refeições coletivas para os familiares e visitantes.

Continuando o declive pela direita, um outro largo se apresenta, aonde se avista outra casa azul, pertencente a Seu Antônio, descendente de primeira linha dos Arturos. As casas de Seu Antônio e de Seu Mário são lugares sagrados, de grande importância para a comunidade e principalmente para seus rituais. Os largos à frente das duas casas são igualmente importantes, pois neles se reúnem as guardas da comunidade e de grupos visitantes.

A sequência da rua culmina em uma série de casas revestidas por cimento num território mais adensado e menos arborizado. A pista estreitada pelas construções, culmina em um território verde de alguns metros que divide a comunidade e o bairro vizinho paralelo à Avenida Johan Sadra.

Figura 1 - Mapa da Comunidade dos Arturos



Fonte: Viegas, 2014, p. 193

No entanto, realizar um recorte de quem compõe a Comunidade dos Arturos e os limites entre os arturos e os não-arturos não é uma tarefa fácil. Foram duas as tentativas de recenciamento entre os Arturos. A primeira foi realizada pela Secretária de Educação e Cultura do Município, entre os anos de 2005 e 2007 em parceria com a Coordenadoria de Extensão da PUC de Contagem, que buscava também realizar

um levantamento das necessidades da população residente na comunidade. Outra tentativa, também inconclusa, foi realizada durante o doutoramento de Ivanice Viegas (2014).

Projeta-se que a retomada do recenciamento, além da realização de um mapeamento da árvore genealógica dos arturos, serão realizados pelo Comitê Gestor na discussão sobre o Plano de Salvaguarda. Estima-se, no entanto, que a família dos Arturos (em seu sentido estrito) totaliza cerca de 500 pessoas atualmente, sendo que boa parte reside dentro da comunidade e a outra espalhada por Contagem, Barreiro, Betim (VIEGAS, 2014).

Embora estes números sejam veiculados, podemos dizer que existem diferentes formas de delimitar a comunidade, que em grande parte passam pela compreensão da noção de família e os vários sentidos que ela assume. A descendência a partir de Seu Arthur é a forma mais explorada para a delimitação da família. Tal definição constituída pelos filhos netos, bisnetos e tataranetos de Seu Arthur reforça a relação entre consanguíneos vivos, mas também ressalta a coabitação do espaço entre vivos e mortos, marcados pela divisão de sangue, mas também pela relação com o território. A constituição dos Arturos é marcada pela ocupação do território localizado à proximidade do centro de Contagem. As exceções acontecem, marcadas especialmente pela presença da família de Dona Tetane na vizinhança do território, assim como outros membros residentes fora da comunidade.

Igualmente uma herança de Arthur Camilo, o território é marcado como propriedade não somente por documentos de posse, mas também pela marcação simbólica e o reconhecimento do espaço pelos vivos e mortos. Ressalta Glaura Lucas (2005) que a construção de uma pequena casa de pau a pique, como era feita antigamente, foi planejada por Seu Antônio e construída em mutirão com a participação de várias crianças, a fim de que os jovens aprendessem a tradição e que os antepassados pudessem reconhecer o território que antes ocupavam e que hoje visitam especialmente durante os rituais do Reinado.

Neste sentido, para além de pensar consaguinidade e território como duas formações identitárias distintas, é possível pensá-las como duas imagens da mesma relação, a primeira como herança biológica da consanguinidade e a outra como relação objetificada: a transferência patrimonial de pai para filho. O território e os descendentes diretos ainda vivos, podem ser considerados elementos que mantêm a unidade do grupo (LUCAS, 2002; GOMES & PEREIRA, 2000).

Dentre os membros dos Arturos, no entanto, muitos não são descendentes diretos, mas foram incorporados ao “tronco velho”[19] de Camilo Silvério, a partir do casamento com descendentes e outras pessoas que se tornaram Arturos por terem grande estreitamento de laços e/ou constituído matrimônio na comunidade. Por exemplo, Jorge que não é um descendente direto dos Arturos, casou-se com Ione, neta de Seu Arthur Camilo, e hoje é uma das principais lideranças da comunidade acredita ter se tornado um arturo:

> Eu, desde quando que eu me entendo por gente, como ela [Dona Juventina] fez o meu parto, eu vivo na Comunidade, com as pessoas da Comunidade, e assim, vivi tudo que a Comunidade viveu, por exemplo, aprendi sobre todas tradições, né, venho participando. Casei com neta de Arthur Camilo, a minha esposa né, neta de Arthur Camilo, tenho três filhos e um neto. Tenho três filhos já adultos... né, e tenho um neto. E durante esse período de aprendizado, e de vivência, sabe? Então, esse é meu parentesco com os Arturos, né, eu sou casado na família, mas vivo com a comunidade desde quando eu nasci, e aonde a comunidade tem essa confiança da gente poder tá representando ela, em todo os aspecto cultural aí, né. (Jorge Antônio dos Santos em entrevista concedida à pesquisadora em 27/01/15)

Assim, o pertencimento à família dos Arturos passa também pelas alianças realizadas entre seus membros, que não implicam heranças biológicas ou patrimoniais, mas que acarretam no fortalecimento de laços e no reconhecimento do pertencimento à família. Ressalta-se assim que o pertencimento não é simplesmente prescritivo ou normativo, mas se dá também de forma performativa.

A família, no entanto, deve ser pensada para além de sua compreensão em seu sentido literal, mas também em um sentido metafórico tratado fundamentalmente como “família do Rosário”, que agrega aos da família os devotos, especialmente aqueles que contribuem com a manutenção da comunidade de alguma maneira. O sentido mais amplo de “família” a que se referem os Arturos é apresentado por Seu Antônio, por meio de uma narrativa que demonstra uma condição amalgamada à religiosidade do Reinado, expressa como a “família do Rosário” em função de Nossa Senhora do Rosário, a santa de devoção dos negros. Nesta família, o Reinado também é pensado como uma herança de Arthur Camilo:

> [...] é uma família, não é nada que se acaba. O pessoal fica: “ah, é nada, vai acabar”. Não, não é assim não. Pode acabar, se o mundo acabar o Reinado acaba. Porque o quê que vem segurando e prende o mundo a não ser o Congado, o quê que é? Não há nada a não ser o Congado (Antônio Maria da

[19] O termo “tronco velho”, como é chamada a família mais antiga de qual outras são provenientes, conforme expressão adotada por Gomes & Pereira (2000, p. 169).

> Silva em entrevista concedida à pesquisadora em 26/06/15)

Por sua vez, a Santíssima Trindade é tida como fundamento – o Pai, o Filho e o Espírito Santo – representando a família, o Reinado e, principalmente, a ancestralidade. Sobre o Reinado, que neste trecho chama de Congado, ele fala:

> [...] O que significa o Congado? As três pessoas, são Pai, Filho e Espírito Santo. O que significa o Congado? O que significa uma família? São as três pessoas, […] Pai, Filho e Espírito Santo. Quando a gente fala assim, eu gosto de falar e explicar por que é. Pois é, eu, pai, meu filho e meu neto, as três pessoas da Trindade, é o pai, e o filho, e os netos, que são Espírito Santo. (Ibidem)

Tal noção de família do Rosário possui uma maleabilidade bem maior do que a delimitação da família em seu sentido restrito e se expande ainda para mais longe na delimitação territorial da Comunidade dos Arturos. Muitos dos membros são do Reinado, o que os torna parte desta família maior. Aqueles que participam do Reinado pertencem à família do Rosário e, dessa forma, estendem a noção de família entre os Arturos, o que pode ser percebido no trecho destacado abaixo:

> Meu histórico com a comunidade é da seguinte forma, é final da década de 50, a minha família veio de uma cidade do interior de Minas, chamada Passa Tempo, aqui, próximo de Carmópolis. [...]. E como a minha família participava de Congado lá em Passa Tempo, chegou aqui conheceu os Arturos do Congado, uniu-se as duas famílias. Uniu-se as duas famílias. Minha família passou a participar do Congado lá na comunidade. (Jorge Antônio dos Santos em entrevista concedida à pesquisadora em 27/01/2015)

Esses sentidos de “família” estão presentes na ideia de unidade acionada por eles, que vão desde as formas tradicionais, relacionadas à consanguinidade e alianças de casamento, às mais abrangentes, que agregam aos familiares aqueles que contribuem com a manutenção da comunidade de alguma maneira. Em momentos rituais, principalmente, a família do Rosário é concebida de forma expandida. Para Glaura Lucas (2005, p. 30),

> [...] agregando parentes distantes e outros “irmãos do rosário” que, embora não sendo parentes consanguíneos, são membros efetivos da Irmandade de Contagem e acabam se confundindo com a família, uma vez que os Arturos representam a grande maioria dos membros dessa associação.

A relação estreita com outras comunidades é comum entre grupos de congado/reinado. Dentre as Irmandades que possuem maior relação com os Arturos,

destaca-se a comunidade do Jatobá, localizada no bairro belorizontino de Itaipú, na divisa com Contagem. A relação entre os grupos dos Arturos e do Jatobá são estreitas desde o começo do século XX (LUCAS, 2005) e são marcados especialmente pela constância das visitas recíprocas, simbolizando às vezes, a união entre Irmandades, por exemplo:

> Nós somos uma irmandade só [...]. Quando a festa é aqui, é nós todos reunidos, de lá como daqui. Quando a festa é lá, todos daqui reunido lá com eles. Haja o que houver, nós tá tudo no bolo" (Entrevista de Dona Maria Ferreira apud LUCAS, 2005)

A força da relação entre Irmandades é expressa especialmente pela manutenção das visitas recíprocas durante os rituais, na qual a ausência injustificada na festa do outro, pode acarretar em mal entendidos ou até interrupção da relação. Nesses momentos rituais, são recebidas diversas guardas de irmandades de Contagem e outras cidades mineiras. Esses visitantes expandem ainda mais a noção de família do Rosário, tratando como irmãos até os membros de outras Irmandades que não a de Nossa Senhora do Rosário de Contagem, na qual os Arturos são a maioria.

A família e a família do Rosário, são representações que carregam sentidos da cosmologia dos Arturos, de suas tradições e cultura, elementos que operam relações com o mundo externo, manuseados principalmente por suas lideranças religiosas.

A deferência à Nossa Senhora faz dos membros do Reinado irmãos do Rosário. A família, conforme Leda Martins (1997), é também aspecto relevante do saber banto[20], que concebe o indivíduo enquanto uma ligação entre os ancestrais, as divindades e o "grupo social ou série cultural". Noções que dão ideia de unidade ou mesmo de um movimento sagrado que, segundo a autora, "mantêm ligados o presente e o passado, os descendentes e seus antepassados"[21], tornando-se condição de existência da própria comunidade.

> A vida é a existência da comunidade; é a participação na vida sagrada (e toda vida é sagrada) dos ancestrais; é uma extensão da vida dos antepassados e uma preparação de sua própria vida para que ela se perpetue nos seus descendentes. (MULANGO apud MARTINS, 1997, p. 36).

---

[20] Matriz linguística da África Subsaariana, de onde surge a tradição do Reinado.
[21] MULANGO apud MARTINS, 1997, p. 36.

A relação entre os membros constituintes da família dos Arturos, em seu sentido restrito, e a família do Rosário, sentido amplo, no entanto, não é de independência. Glaura Lucas ressalta que, “[...] embora sejam instituições distintas – a família e a irmandade – muitas vezes uma é tomada pela outra nas conversas, quando o assunto é o Reinado” (2005, p. 30). Elementos que estão presentes nas relações que operam com o mundo externo e são manuseados por suas lideranças e por uma rede de apoiadores que cooperam com os Arturos.

Assim, a relação dos membros da família com a ancestralidade, com a história de luta e resistência dos negros, não é igualmente distribuída. Os mais velhos, Arturos de primeira linha, especialmente os filhos de Seu Arthur com Dona Carmelinda, têm uma importância fundamental para guardar a história da comunidade e os saberes do Reinado. Diversas decisões tomadas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem, instituição que operacionaliza o Reinado e a comunidade em diversas de suas tarefas, só podem ser tomadas mediante a consulta aos descendentes de primeira linha, que são os filhos diretos de Arthur Camilo, entre os quais Dona Tetane[22], a mais velha, morreu durante esta pesquisa e Seu Antônio e Seu Mário são os últimos ainda vivos.

Dona Tetane, apelido de Conceição Natalícia da Silva, a filha mais velha de Seu Arthur e Dona Carmelinda, faleceu aos 96 anos em 24 de maio de 2015, quando ainda realizava o meu trabalho de campo. Antes de morrer ela era a rainha do império e morava na vizinhaça do território dos Arturos. Muitos dos seus filhos destacam-se na participação da Irmandade, especialmente, João Batista, Geraldo e Bengala, que participam como membros da sua diretoria e, portanto, são imbuídos diretamente pela proteção da comunidade e de suas tradições, assim como pela orientação dos arturos mais jovens. Como resume Bengala sobre a sua função, ressaltando-a como parte de uma missão com a comunidade, dada pelos mais velhos.

---

[22] Quando soube da morte de Dona Tetane, tive dúvidas quanto à legitimidade de minha presença no velório e enterro. Fui, mas fiquei pouco tempo e, naturalmente, não levei caderno de campo ou qualquer objeto que remetesse à minha condição de pesquisadora. No dia do funeral haviam muitos carros estacionados desde a entrada da Comunidade até a Capela, onde acontecia o velório. Estavam presentes, autoridades políticas como o Prefeito Carlin Moura e vereadores, funcionários públicos, pesquisadores, artistas e reinadeiros de outras guardas e Irmandades de Nossa Senhora do Rosário. Uma fila se formava para prestar a última homenagem a Dona Tetane e a seus familiares, reunidos ao redor do caixão em frente ao altar da Capela do Rosário. Alguns tinham tambores ou portavam bastões e outros elementos da tradição do Reinado, e tocavam num ritmo diferente do que usualmente escutava. Tratava-se, segundo Glaura Lucas, de um ritual de descoroamento da Rainha do Império.

> A minha vontade, a minha felicidade é de ver a comunidade sempre crescendo, sempre produzindo frutos bons, porque é um pedido né! Um pedido do meu vô, um pedido dos mais velhos, é um pedido da minha mãe, então, a gente... enquanto de vida a gente tiver, a gente vai tentar manter, né! Não é como ele, porque hoje o mundo oferece coisas, muitas coisas, né. Porque na minha época de criança na comunidade, o quê que nós tínhamos? Era o serviço, a aula e o Congado, mais nada. Hoje não, hoje tem várias coisas: televisão, celular e outras coisas e tal. A gente tem que saber lidar com eles, tem que ter um jeitinho especial pra você lidar com esse pessoal, pra não tirar eles das tradições e não tirar eles do lugar da mídia, mas também mostrar pra eles que nós não podemos esquecer da nossa tradição, né! É esse o trabalho que nós estamos fazendo dentro da comunidade. (José Bonifácio da Luz em entrevista concedida à pesquisadora em 21/12/15)

Seu Mário é capitão-mor do Reinado e o atual patriarca da comunidade, por ser o descendente direto vivo mais velho, com 82 anos de idade. É casado com Maria Auxiliadora da Luz, mais conhecida como Dona Dodora. Desempenha a função de capitão-mor do Reinado e ainda é benzedeiro conhecido na região, dom que foi descoberto por sua irmã Dona Intina, já falecida, que era também benzedeira. Ele e Seu Antônio, que é capitão-regente do Reinado dos Arturos, são os atuais responsáveis pela condução da comunidade e por compartilhar os fundamentos da tradição do Reinado e das outras tradições, mantidas vivas no cotidiano da comunidade.

Estes são os últimos testemunhos da memória mais longínqua dos Arturos, propiciada pela “proximidade cronológica” dos negros mais velhos com os antepassados cativos, os quais representam os ensinamentos adquiridos desse período, que, segundo Lucas (2005, p. 35), mantém viva a história da escravidão e ressalta a importância da ancestralidade para o Reinado.

Dos filhos de Seu Artur, entrevistei Seu Mário e Seu Antônio. Com Seu Antônio foram duas conversas, sendo a primeira mais informal e sem o uso do gravador (porque ele não autorizou) e a segunda, uma entrevista gravada. Para além do fato de já ter entrevistado Seu Mário e Seu Antônio, a existência de um grande número de dados provenientes de outras pesquisas a respeito do conhecimento histórico de Dona Tetane e seus irmãos vivos e mortos, tornou desnecessária a realização de conversas muito longas e desgastantes com eles.

1.2 O Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Contagem

O Reinado não é o tema central desta dissertação, no entanto, a sua

abordagem se tornou fundamental ao longo da pesquisa, uma vez que o assunto circundava as conversas com os arturos, impondo-se como uma referência nativa forte, de relevância indissociável na formação da comunidade. Assim como Evans-Pritchard "não se interessava particularmente por vacas quando [foi] aos Nuer, mas os Nuer sim" (2005, p. 243), eu não me interessava particularmente pelo Reinado quando iniciei meu trabalho de campo, mas a compreensão da forma de organização dos Arturos para o acesso a políticas públicas não poderia ser realizada nem razoavelmente sem o entendimento da instituição Irmandade e sua tradição o Reinado.

Isso acontece porque ele pode ser classificado como um fato social total:

> Nesses fenômenos sociais "totais" como nos propomos chama-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam. (MAUSS, 2003, p. 187)

O Reinado é um fenômeno total entre os Arturos porque a partir dele podemos compreender sua religião, suas instituições e as relações internas à comunidade e também com parceiros e outros agentes políticos. Trata-se de uma instituição que pauta toda a vida da comunidade, ao mesmo tempo que é capaz de produzir a própria ideia de comunidade.

Assim, é durante o ritual que os Arturos reproduzem sua história e rememoram seus ancestrais tornando presente a ideia de uma unidade, formada pelos descendentes de Artur Camilo. Ao mesmo tempo, é durante as visitas de alguns membros aos rituais de outras Irmandades que a comunidade dos Arturos, pensada em sua totalidade, se faz presente. É ainda, a partir da Irmandade, que os Arturos são representados junto ao Estado e a outros grupos parceiros[23].

É importante evidenciar que há uma certa controversa entre o uso do termo Reinado e o Congado. A maior parte dos Arturos entrevistados, especialmente os mais velhos, preferem chamar de "Reinado" a manifestação religiosa de devoção à Nossa Senhora do Rosário, ainda que em vários momentos se refiram a ela também como "Congado". Ressalto, porém, que geralmente o termo "Reinado" refere-se, no caso

[23] Conf. Capítulo 2

dos Arturos, ao ciclo festivo que inclui a Festa de Nossa Senhora do Rosário e a Festa da Abolição, o Candombe, e as Guardas de Congo e Moçambique.

Outras manifestações são tradicionais, como a Folia de Reis, a Festa do João do Mato, o Batuque, que não são elementos do Reinado, mas que estão ligados à forma dos Arturos de entender a vida e se relacionar com o mundo. E ainda outros saberes como a confecção de roupas e instrumentos, a culinária, as cantigas, os ritmos, as orações, estão circunscritos na forma de representação e ancestralidade da comunidade.

Lucas (2005) chama atenção também para as diferenças entre o Reinado e o Congado, sendo fundamental no Reinado a presença da realeza nas festas, enquanto o Congado seja usado de forma mais genérica, compreendendo manifestações isoladas das Guardas e sem a formação de um reino. Optarei aqui pelo termo mais usado pelas lideranças religiosas com quem conversei, o “Reinado”, embora não se pode perder de vista que “Congado” seja utilizado como sinônimo recorrentemente.

O Reinado é definido pelo IEPHA como sendo a junção entre crenças e valores africanos, especialmente de origem banto, integrados à fé e à liturgia católica. Leda Martins descreve os Reinados, como sendo

> [...] definidos por uma estrutura simbólica complexa e por ritos que incluem não apenas a presença das guardas, mas a instauração de um império, cuja concepção inclui vários elementos, atos litúrgicos e cerimoniais e narrativas que, na performance mitopoética, reinterpretam as travessias dos negros da África às Américas. (MARTINS, 1997, p. 171)

Para Lucas, o Reinado nasceu no contexto histórico da escravidão, em que se processavam reelaborações transculturais e de interação entre negros de diferentes procedências, e entre esses, a classe senhorial e as autoridades religiosas e políticas (2005, p. 43). Surgido em Minas Gerais no início do século XVIII foi concomitante ao surgimento de Ouro Preto e Sabará. Sendo proveniente de tradições luso-brasileiras como os Impérios do Divino, que carregam representações de suas antigas aristocracias, assim como os Reisados e as Folias de Reis, segundo Sabará (1997, p.12). O Reinado chegou e cresceu juntamente à “Grande Belo Horizonte”, veio junto à mudança da capital mineira de Ouro Preto para o antigo Curral Del Rey, em fins do século XIX com a proclamação da república (SABARÁ, 1997).

De acordo com Leda Martins (1997), a prática de coroação de reis e rainhas era também uma prática de estabelecimento de hierarquia e, portanto, de submissão

à ordem. Por isso, tal prática, ao contrário de outras de origem africana, era palatável aos interesses dos senhores de escravos e foi por eles incentivada. Os festejos são para a autora,

> [...] performados, sob o estandarte de santos católicos de devoção negra, N.S. Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, São Baltasar, N.S. Das Mercês, alastram-se pelos territórios brasileiros, já imprimidos de conotações e resoluções que rompem a ordem escravocrata e os códigos ocidentais, transformando o aparato institucional em um dos modus operadores e agenciadores de inscrição em outros processos simbólicos na formação da cultura brasileira. (MARTINS, 1997, p. 37-38)

Para Martins, os ritos se reatualizam, pois

> [...] reterritorializavam os repertórios culturais africanos, criando novas formas de expressão e singulares idiomas artísticos; instituíam uma ordem hierárquica paralela à escravista; apropriavam-se de um espaço lúdico, considerado menos "nocivo" pelos "senhores", fomentando estratégias simbólicas que, sob o ritmo dos tambores, reforçavam as tradições culturais a sua manifestação […]. (MARTINS, 1997, p. 38)

A relevância dessa tradição já era marcante antes mesmo do surgimento da comunidade, na figura do pai e do avô Arthur e Camilo Silvério, acompanhados por suas esposas Carmelinda Maria da Silva e Felisbina Rita Cândido. A personificação de Arthur Camilo corresponde a uma memória que resgata os antepassados, que os Arturos rememoram quando dão continuidade às suas tradições e quando se confrontam com o dinamismo do mundo externo. Memória que é manifestada também como "ponto de atração" para os mais jovens (GOMES & PEREIRA, 2000, p. 169).

Explica Seu Antônio[24] que o Reinado diz respeito ao segundo reino de Nossa Senhora do Rosário, o seu reino na terra, sendo o primeiro o reino do céu. Ele faz referência ao território da comunidade como um território religioso, fundado no mito de aparição da santa de devoção dos negros escravos. Este mesmo mito está presente em outras comunidades e grupos da tradição do Reinado, com alterações entre elas, mas todas baseadas no período escravista.

A história presente em um passado mítico, utiliza a condição histórica de subjugação dos negros pela riqueza e pela força, função do período escravista em que viviam. Nesta história, N. S. do Rosário foi avistada no mar e resistiu posteriormente a várias tentativas dos brancos de ser retirada. Por solicitação dos negros, foi acordado que eles poderiam realizar uma tentativa, sob a condição de que

[24] Entrevista concedida à pesquisadora em 26 de junho de 2015.

se falhassem seriam castigados.

> [Os negros] chegou lá, formou o Congo, o Moçambique e o Candombe. As três pessoas da Santíssima Trindade, o Congo, o Moçambique, o Congo e os tambores. Os tambores sagrados. Muita gente não tem nem tambor. Aí eles foram lá para a beira do mar. Chegou lá, bateu. O Congo primeiro, aí vinha o Moçambique. O Moçambique atrás do Congo. Quando o Congo foi lá, que chegou na beira do mar, Nossa Senhora começou a caminhar. [...] estavam chamando o Moçambique para andar depressa que a Mamãe estava saindo d'água. O Moçambique cantou para eles que não tinha como andar por causa dos pretos que estavam com os pés cheios de bicho e não tinha jeito deles caminharem, eles andavam devagarzinho. Aí então quando chegaram parearam na beira do mar, assim, parearam o Congo, o Moçambique e o Candombe. Parearam, Nossa Senhora veio, chegou na beira do mar, ela saiu, mas, como se diz, a roupa dela tapava até os pés. É. Aí ela sentou no tambor que chama Santana. Não tinha como ela sentar, que o tambor era alto, eles não sabiam o que fazer. Hoje ninguém sabe isso. Isso ninguém soube. Ninguém sabe. Não sabe a passagem. Usa e tem na mão e não sabe! Parear o bastão, ela pisou no bastão e levantaram, sentaram ela no Santana. Aí já não, não... o tambor não bateu mais. Já veio o Moçambique puxando.
> Chegou na igreja, puseram ela lá dentro da igreja. Da igreja de São Gonçalo. Vamos supor, estou fazendo assim, uma comparação, puseram ela lá e tocaram os negros. Não queriam negros lá não. Os negros foram embora, muito tristes e tal. Eles tamparam ela com cadeado de bronze, um cadeado grande [...]. Tudo turquesa, aquelas coisas brilhando lá dentro da igreja, não é. Deles. Que achou que ela era só para eles. Montaram uma santa auréola e tampada ela saiu. Foi embora. Quando eles chegaram lá, cadê a santa? Não estava lá, dentro da igreja deles. Aí eles saíram, viram o rastrinho dela que estava voltando para o mar. Aí foram lá chamar os negros para buscar ela outra vez. Aí os negros arrumaram, foram lá, retornaram a cantar, ela veio. Aí eles já estavam com a ideia de amarrar ela dentro da igreja, mas só que o poder dela é tanto, que quando ela saiu do mar, que eles já tinham arrumado um laço de ferro para amarrar ela dentro da igreja, tudo em quanto é santo... por isso que não tem um santo melhor do que os outros, todos os santos são iguais. Tudo em quanto foi santo saiu junto com ela. Tudo com as coroas na cabeça. Para quando chegasse na porta da igreja ninguém conhecesse, cadê aquela coroa de Senhora do Rosário?

A narrativa conta sobre a opção de N. S. do Rosário pelos negros, não obstante a riqueza e a força dos brancos. A tradição do Reinado, presente nas falas de suas lideranças, vem imbuída da memória dos antepassados e de uma história comum de resistência.

Figuram dentre os elementos principais do Reinado a existência de uma Irmandade, o ritual do Candombe e as guardas de Congo e Moçambique, que também podem ter variações de termo, por exemplo “Ternos”. Estes elementos são processos ritualísticos, de produção de efeitos para o cumprimento de obrigações. O Candombe é um ritual mais interno, sendo considerado a principal forma de comunicação com os ancestrais, segundo Glaura Lucas (2005). O terno mais antigo do Reinado, que dá

origem as guardas de Congo e Moçambique[25], e na história do mito, contada por Seu Antônio (2015), o Candombe é representado por três tambores, chamados Santana, Santaninha e Jeremias.

As caixas, que são “tambores de grande circunferência e de baque grave”, como define Csermak (2013), são usadas tanto pelas Guardas e em menor número na Folia de Reis e no Batuque. Nossa Senhora do Rosário saiu do mar atraída por este som e por ele foi conduzida até ao altar do quilombo, único lugar em que permaneceu, de acordo com Seu Antônio. O Congo, cujos dançantes se veste de fardas rosa e branca, é responsável por abrir caminhos para a passagem do Moçambique, que carrega a santa sentada no tambor, usando ritmos mais acelerados e por isso é dançado de forma mais rápida que o Moçambique (CSERMAK, 2013, p. 149).

Nas festas durante o cortejo, as guardas do Reinado dos Arturos e outras guardas convidadas, percorrem as ruas da comunidade e do bairro, produzindo um som que se altera na medida da dança do reinadeiro, da função que cumpre e do que acontece na ocasião da dança. Uma estrutura interna existe para o seu funcionamento, composta por bandeireiros, pelas guardas, que são conjuntos de dançantes comandados por seus capitães, pela nobreza ritual, que tem um rei Congo e uma rainha Conga, e ainda devotos, admiradores, festeiros, além dos fiscais do cortejo, que garante a segurança de todos durante o trajeto.

Dois ciclos festivos compõem o tempo do Reinado Na comunidade existem dois ciclos festivos, sendo que o primeiro se inicia durante a Páscoa com a Festa da Abolição, chamada também de “Reinadinho” e realizada em apenas um dia, na semana do dia 13 de maio, quando se comemora a Abolição da Escravatura; depois vem a Festa de Nossa Senhora do Rosário, chamada também de “Reinadão” porque tem duração de três dias, realizada no mês de outubro próximo ao dia 07, dia da santa, e quando também se finda o ciclo no ano, com o descoroamento dos reis festeiros. O segundo ciclo é o natalino, com abertura no dia 24 de dezembro, compreende a Folia de Reis entre os dias 24 e 06 de janeiro e a Folia de São Sebastião, realizada entre os dias 07 e 21 de janeiro, dia do santo e quando se encerra este ciclo (CSERMAK, 2013, p.146).

---

[25] Gomes & Pereira, 2000.

De acordo com Leda Martins, os ciclos festivos correspondem à abertura do Rosário que, geralmente, abarcam os meses entre março e fim de outubro, quando os reinos se recolhem e se fecham. Segundo ela, na abertura do Rosário,

> [...] os tambores cantam em Minas e guiam pelas ruelas e pelos asfaltos, pelas capelas e igrejas do Rosário, pelos quintais, as nações do Congo que, com seus reis e rainhas, seus capitães e marinheiros, rematizam a África em terras d'Américas. (1997, p. 36)

Na comunidade existem ainda outras manifestações de caráter mais privado além do ritual do Candombe, realizado na abertura do ciclo do Reinado e das festas de maio e outubro; são elas: a Festa do João do Mato ou a Festa da Capina, realizada no mês de dezembro; o hasteamento de bandeiras ou levantamento de mastro, realizado sempre que uma graça é alcançada por meio de promessa; e o Batuque, cujo caráter é mais recreativo, realizado em aniversários, casamentos e outros eventos festivos (CSERMAK, 2013). Enquanto os reinos estão abertos, as guardas cumprem vários compromissos, como "[...] rezar Missas Congas em outras localidades, hastear bandeiras ou rezar terços para o cumprimento de promessas de devotos, comparecer a festas de outros grupos para retribuir às visitas, etc." (LUCAS, 2002, p. 67-68).

Durante o período festivo, a comunidade, ao mesmo tempo, revive o mito da retirada de N. S. do Rosário, reforça o importante marco da abolição da escravatura e reforça os laços com seus antepassados. Se, para mim, foi necessário contar a história dos Arturos para compreendermos a estrutura da comunidade e do Reinado, isso não se dá somente porque estes fatos precederam sua organização em uma relação causal, mas também porque o Reinado é pensado pelos próprios Arturos como um conjunto de fatos históricos e mitológicos que os levaram a ser como são. Remeter-se aos tempos de escravidão, aos ancestrais e mesmo ao mito de N. S. do Rosário é uma forma recorrente de responder a questões que realizamos de forma mais abstrata. Assim, embora possamos pensar que o modo como os Arturos evocam sua história como uma forma de invenção da tradição, é importante ressaltar que esta não é uma derivação de costumes decadentes, de pouco valor prático para eles, como evocado por Hobsbawn (1984), mas está ligado a uma forma cotidiana de responder a seus próprios questionamentos.

É necessário, para compreendê-los, ultrapassarmos a dicotomia tradicional e moderno, uma vez que, veremos no capítulo 3, o modo como os Arturos preservam e

constroem sua tradição não é uma reminiscência de um período colonial ou de uma comunidade isolada do resto do mundo, mas está diretamente associada a um modo de sobrevivência da atual configuração do mundo contemporâneo. Assim, a divisão entre tradição e modernidade acionada pelos Arturos, não é algo passível de verificação, mas uma referência, algo que é levado em seu dia a dia e na sua relação com o Estado e outros grupos.

1.3 Registros da Comunidade dos Arturos como Patrimônio Cultural Imaterial

A Comunidade dos Arturos foi registrada como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais em 28 de maio de 2014, com aprovação unanime pelo Conselho Estadual de Patrimônio (CONEP) do IEPHA[26]. Em 04 de junho do mesmo ano foi concedido também o Registro como Patrimônio Cultural Imaterial de Contagem pelo COMPAC. Para o IEPHA (2014), o objetivo do Registro é “reconhecer, valorizar, apoiar e divulgar a permanência do modo de vida”. A solicitação do Registro foi feita pelos Arturos em 2011 ao IEPHA, e o Registro municipal foi também solicitado por eles ao COMPAC.

O título é o primeiro concedido no município e o terceiro bem cultural de natureza imaterial protegido no estado. Foi ainda a primeira comunidade tradicional a ser reconhecida em Minas Gerais e no Brasil, passando a ser considerada oficialmente um lugar de referência cultural onde se concentra e reproduz práticas culturais coletiva. Este entendimento, apesar de parecer óbvio pela instituição, é algo inédito na política preservacionista brasileira (IEPHA/MG, 2014, p. 12). Nesta perspectiva, o Registro está fundamentado na comunidade, enquanto lugar, inserindo nas atividades do patrimônio cultural aspectos relacionados à trama oriunda das ligações familiares, religiosas e culturais, que determinam a existência dos demais bens culturais. Neste contexto, torna-se fundamental a manutenção do território enquanto uma propriedade coletiva, de forma a garantir a sua continuidade.

Por Patrimônio Cultural Imaterial, o IEPHA adota o entendimento expresso na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (IEPHA/MG, 2014, p. 9), como sendo

[26] Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG)

> [...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, em conjunto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as Comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este Patrimônio Cultural Imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas Comunidades, os grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Os instrumentos de proteção dos bens culturais são o Inventário, o Registro e a Salvaguarda. O Inventário diz respeito ao levantamento de informações, para conhecer em profundidade o bem cultural. O Registro é o instrumento que inscreve o patrimônio cultural no livro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão, dos Lugares, que é o caso dos Arturos. Trata-se do reconhecimento do Estado do caráter identitário de um determinado patrimônio cultural. Por último vem a Salvaguarda que é o "conjunto de ações no sentido de reconhecer, valorizar, estimular, fomentar, divulgar e promover o bem cultural e de ser construída prioritariamente com os responsáveis por sua existência. " (IEPHA/MG, 2014, p. 9)

O processo de Registro da Comunidade dos Arturos começou com uma pesquisa realizada no período de 2012 a 2014, por meio de parceria estabelecida entre a Comunidade dos Arturos, o IEPHA/MG e a FUNDAC, através da Coordenadoria de Políticas de Memória e Patrimônio Cultural, que funciona na Casa de Cultura Nair Mendes Moreira. Durante a pesquisa, foram levantadas as produções existentes sobre os Arturos, como livros, teses, dissertações, monografias, vídeos, jornais e revistas, assim como foram realizadas entrevistas com muitos de seus membros, registros audiovisuais e fotografias. Durante este período de pesquisa, foi produzido também um vídeo documentário sobre a comunidade[27], de forma a divulgar sua história, suas expressões culturais existentes, contando com a participação deles em todo o processo, como sempre enfatiza a instituição.

O anúncio dos registros estaduais e municipais foram realizados na comunidade por meio de evento organizado pela Casa da Cultura Nair Mendes Moreira no dia 19 de maio de 2015. O evento fazia parte da programação da 13ª Semana de Museus no contexto da Semana de Museus[28], que é uma atividade

---

[27] Arturos. [filme]. Belo Horizonte: Rede Minas & IPEHA, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cs_OfczmVJs. Acesso em: 06/02/2015.

[28] A Semana Nacional de Museus é uma das ações da política do Ibram, construída e proposta de forma articulada, com o propósito de mobilizar os museus brasileiros a partir de um esforço de conservação de suas programações em torno de um mesmo tema. Faz parte da agenda de eventos

promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) no contexto de uma mobilização mundial pela valorização do Patrimônio Cultural em espaços reconhecidos como “de memória”. Nessa edição, o tema “Museus para uma sociedade sustentável” foi dedicado ao debate permanente sobre a existência, resistência e sustentabilidade dos Arturos, sendo a comunidade homenageada.

Na ocasião, foi apresentado o Comitê Gestor do Plano de Salvaguarda, ainda provisório, que conduzirá as discussões desta etapa posterior ao registro juntamente com a comunidade. Fazem parte desse Comitê Gestor as instituições que foram aqui mencionadas (INCRA, IEPHA, FUNDAC), a pesquisadora Glaura Lucas, além de membros representativos das famílias que compõem os Arturos. Segundo Bengala, a Comunidade está designando dois representantes das famílias de cada um dos dez filhos de Seu Arthur Camilo e Dona Carmelinda, que deverão participar das discussões sobre a regularização, principalmente. A representatividade resguarda a legitimidade das decisões tomadas no âmbito da regularização fundiária. O grupo que está sendo criado deverá acompanhar especificamente o processo de regularização, enquanto um outro grupo se envolve mais diretamente com a construção do Plano de Salvaguarda, participando das reuniões do Comitê Gestor.

Alguns aspectos da cerimônia me chamaram a atenção, por exemplo o caráter solene característico de cerimônias oficiais, com uma estrutura montada em frente à casa paterna, com cadeiras enfileiradas dispostas diante de uma mesa composta por convidados. O evento foi conduzido por uma cerimonialista que anunciava a programação e as autoridades presentes, cujo formato é típico da administração pública. No ambiente havia alguns banners da Prefeitura Municipal de Contagem, com as imagens de Seu Arthur Camilo e de Dona Carmelinda.

Este cenário montado parecia afastar os membros da comunidade, que ocuparam as cadeiras de maneira curiosa, pulando algumas fileiras em relação às pessoas que se assentavam à frente, servidores públicos, pesquisadores e lideranças arturas que faziam a apresentação do evento. Eram eles pesquisadores da UFMG, funcionários públicos representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do IEPHA e da FUNDAC. Alguns outros membros da comunidade sentaram-se em seus bancos de costume, de alvenaria construídos na fachada da

---

permanentes do instituto e acontece no mês de maio, em comemoração ao Dia Internacional dos Museus. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/1336-comunidade-dos-arturos-participa-da-decima-terceira-semana-de-museus. Acesso em 06/02/2016.

casa paterna, onde reside Seu Mário e Dona Dodora.

Dentre os presentes estavam membros da diretoria da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem, representada pelo presidente Marcos Eustáquio dos Santos e pelo seu diretor social, Jorge Antônio dos Santos; Luci Rodrigues, chefe do setor de Regulamentação Fundiária Quilombola do INCRA; Luís Gustavo Molinari, gerente de Patrimônio Imaterial do IEPHA/MG; o antropólogo e a etnomusicóloga, ambos da UFMG, Aderval Costa Filho e Glaura Lucas.

As falas dos participantes seguiram no sentido do esclarecimento dos direitos e das políticas quilombolas, como o Programa Brasil Quilombola - criado em 2004 pela Secretaria Especial de Políticas Públicas de Identidade Racial (SEPPIR). Enfatizaram, sobretudo, o processo de regularização fundiária, colocando o pleito territorial como um importante elemento de salvaguarda e que deverá pautar as discussões do Comitê Gestor para elaboração do Plano de Salvaguarda. Apesar da comunidade ser juridicamente uma propriedade particular, herdada por Arthur Camilo Silvério, a posse da terra não tem ainda um caráter coletivo, situação que se torna desfavorável à permanência da comunidade como remanescente de quilombo.

Esse processo da regularização fundiária, carrega nele as expectativas das lideranças dos Arturos de assegurar a posse coletiva de sua propriedade. Protegendo a comunidade, não só do risco especulativo do mercado imobiliário - que já pressiona as suas fronteiras -, como também a protege de alguns membros, que por medo e/ou desconhecimento de todo esse universo da regulamentação, tomam a posição contrária ao autorreconhecimento como Remanescente das Comunidades Quilombolas. Ou ainda, porque nutrem interesses na divisão do território em propriedades particulares. O que aumenta o desafio do grupo responsável pela salvaguarda e pela regularização fundiária, que irá orquestrar essas vozes nos próximos anos. Além de outro desafio, que já enfrentam, de racionalizar todos os desejos de salvaguarda da comunidade, em planos, atos administrativos e normas que habitam esse universo que remonta a regulação estatal voltada para a proteção da diversidade cultural. Assunto que será melhor tratado no capítulo 3.

Para que a regularização fundiária aconteça, uma Associação Quilombola foi constituída em função da titularidade da comunidade como quilombola, em complementação ao processo de autorreconhecimento. O estatuto da Associação, foi construído com a ajuda de um advogado da PUC Minas, Fábio Alves dos Santos, que realiza um trabalho mais voltado para as comunidades tradicionais, principalmente

Arturos e Jatobá, como me explica Jorge, no trecho abaixo:

> E hoje a Comunidade dos Arturos teve um certificado de comunidade remanescente de quilombolas, em 2003. Para que esse certificado venha a ter valor para a comunidade, tem que ser feita uma titularidade como comunidade quilombola. Para que essa titularidade seja feita, a primeira orientação que tivemos foi de criar uma Associação Quilombola, para ter uma associação constituída, não é. E aí é de onde nós solicitamos ao INCRA o trabalho de regularização fundiária da comunidade como comunidade quilombola. E para isso, teríamos que criar essa associação. Nós criamos um estatuto para essa associação, e esse estatuto já tem o aval jurídico de um advogado da PUC. Isso é um trabalho que já começou a ser realizado há uns quatro anos atrás, e que ele vem sendo uma ideia, uma intenção, que vem amadurecendo. (Jorge Antônio dos Santos em entrevista concedida à pesquisadora em 26/06/2015)

Jorge também explica que uma das prioridades do Plano de Salvaguarda é a regularização fundiária. Ressaltando que dela advém várias necessidades de preservação da comunidade, uma vez que afasta o risco de dissolução do território.

> A regularização fundiária, pelos motivos que eu já disse: a necessidade de intitular a comunidade de vez como comunidade quilombola. Tendo ali uma documentação que resguarda toda a propriedade da comunidade. Que resguarda a propriedade da comunidade em relação à especulação imobiliária, em relação ao direito de moradia, e em relação à continuidade da preservação das tradições da comunidade. (Jorge Antônio dos Santos em entrevista concedida à pesquisadora em 26/06/2015)

Neste sentido, a identidade quilombola é reivindicada pelos Arturos enquanto um mecanismo que resguarda a propriedade de sua potencial dissolução, em função da especulação imobiliária ou de interesses de membros dos próprios arturos, garantindo-lhes condições de proteger suas tradições, como menciona Jorge, e ainda de assegurar-lhes direitos sociais, como o direito à moradia.

2 IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CONTAGEM: ELEMENTOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo, minha análise será centrada na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem. Para isso, primeiramente narrarei a história da Irmandade e como ela passou a se confundir com a própria organização dos Arturos como comunidade. Além disso, demonstrarei que o protagonismo dos Arturos nessa Irmandade, que é relativamente recente, representa a consolidação de um novo modo de lidar com o mundo externo, especialmente com pesquisadores e produtores culturais.

Utilizo como fonte as entrevistas realizadas com lideranças e apoiadores, assim como as anotações feitas durante o trabalho de campo, no sentido de compreender as relações que estabelecem, principalmente, com o poder público. Também foram analisados fragmentos de depoimentos utilizados por diversos autores, especialmente Gomes & Pereira (2000), Lucas (2005 e 2014) e Csermak (2013). Alguns documentos, como atas de reunião, estatutos e compromissos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, além de documentos coletados e já divulgados por esses pesquisadores também serão apresentados.

2.1 História da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem

As irmandades de leigos surgiram em Minas Gerais no século XVII, modificando a religiosidade dos negros e, ao mesmo tempo, permitindo a expressão velada de várias das tradições africanas. Seu surgimento foi concomitante ao desenvolvimento das atividades minerárias no interior da colônia, em que se tornava necessária a criação de modos de controle metropolitano em uma região de máxima importância e ausente de instituições estatais e das congregações jesuíticas e carmelitas presentes nas regiões litorâneas (SALLES, 1963). Sua função excedia a propagação da fé, assumindo responsabilidades como a da construção de templos e realização de funerais.

Para os fiéis, no entanto, elas eram uma expressão de um espírito associativista, agregando anseios religiosos e segurança social em uma época em que dificilmente podia-se distinguir religião e sociedade. Tais irmandades, até aquele momento, não eram exclusivas dos negros, embora reproduzissem entre elas as

divisões trabalhistas, geográficas, segmentações de classe e, principalmente, as divisões sociais (SALLES, 1963). De forma recorrente, essas divisões eram expressas em torno do santo de devoção, por exemplo, os brancos eram devotos constantes das irmandades do Santíssimo Sacramento ou São Francisco, enquanto as irmandades do Rosário, São Benedito e Mercês eram formadas por negros. Essas distinções eram baseadas geralmente pela identificação da cor da pele, da localização geográfica e do próprio sofrimento (BOSCHI, 1986, p. 25-26).

É importante ressaltar que o negro, na época, não podia arcar com diversas despesas particulares devido à situação de extrema pobreza em que viviam durante o regime escravagista, sem direito a lucros, exclusivos dos proprietários de terra que também eram seus proprietários; e mesmo para os negros forros não havia condições de acúmulo suficiente para superar a miséria (GOMES & PEREIRA, 2000). A expressão maior da força das relações entre esses “irmãos” localizava-se nas funções exercidas por essas associações, especialmente vinculadas à assistência social e securitária, a partir da redistribuição das doações para enfermos e irmãos que tivessem caído na miséria, consagrando-se também como um meio legitimado de reivindicação e uma forma de libertação de negros escravizados (SALLES, 1963; BOSCHI, 1986).

Enquanto tais associações cresciam como forma de proteger-se em um ambiente inseguro, o Estado, alerta perante o crescimento descontrolado dessas instituições, passou a desenvolver seus próprios mecanismos de controle, especialmente na manipulação dos compromissos das irmandades, entregando os cargos de comando dessas instituições nas mãos das elites locais. Assim, embora algumas irmandades fossem marcadas pelo pertencimento aos negros, seu comando se mantinha nas mãos dos brancos.

Apesar de ter sua aprovação centralizada na coroa, os compromissos não eram fixamente redigidos, embora tivessem como padrão a formação hierárquica. Os cargos uma vez estabelecidos eram escolhidos por meio de eleições entre seus membros e tinham suas candidaturas majoritariamente condicionadas ao poderio econômico capaz de bancar melhorias à igreja e à irmandade (SALLES, 1967).

Tais organizações não eram associações simples ou fracas, sendo a inscrição de um indivíduo algo mais que uma “mera formalidade, mas também compromisso, envolvimento, participação ativa” (BOSCHI, 1986, p. 15). A transformação de um indivíduo em irmão demandava o cumprimento de um grande número de

características, como professar a fé cristã, o não pertencimento a outra ordem e a realização de uma primeira contribuição de grande amonta à instituição. Além disso, uma vez pertencente à irmandade, contribuições mensais ou anuais eram realizadas para a sua manutenção, e a atenção aos irmãos necessitados eram constantes.

O surgimento dessas instituições foi um evento complexo, produzindo formas de relação e troca entre distintas irmandades, muitas vezes separadas por grandes distâncias e importâncias distintas:

> O que também caracteriza a feição grupal e de defesa dos interesses dos diversos estamentos sociais é a ligação que as irmandades estabeleciam como se fosse uma rêde – através das cidades de Minas. Um irmão de determinada corporação, digamos, de Mariana, ao chegar a São João Del Rei ou Sabará, era recebido pelos locais como *irmão* (SALLES, 1967, p. 88-89; grifo do autor).

Algumas dessas características ainda são encontradas nas poucas irmandades negras que ainda existem no Brasil.

O registro mais antigo da INSRC é de 1858, e seu fundador e zelador foi José Antônio da Costa Ferreira, que também era proprietário de dona Felisbina Rita Cândida, esposa de Camilo Silvério e mãe de Arthur Camilo. O primeiro estatuto da irmandade, chamado de “Compromisso”, também é de 1858, data anterior ao nascimento de Arthur Camilo. Como já foi dito, Arthur Camilo nasceu na região de Esmeraldas, mas ele e sua família participavam do Reinado em Contagem, mantendo-se próximo à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem.

A irmandade possuía o padrão da época, especialmente no que diz respeito ao caráter cooperativo, ao zelo pelos irmãos necessitados:

> A mesa fica autorizada para quando julgar conveniente, tomar medidas, e deliberar acerca dos meios com que se deve socorrer e amparar os Irmãos desvalidos, principalmente aqueles que tiveram sido bons e que confirmar se acharem em extrema pobreza. (Compromisso da INSR apud GOMES & PEREIRA, 2000, p. 202).

Dentre as condicionantes desse compromisso, mantinham-se diretrizes que impediam os negros de participarem de cargos de comando como os de rei, rainha, juíza por devoção ou mordomos:

> Ao juiz compete (...)
>
> Promover religiosamente o cultuo divino, afervorar a devoção do Santo Terço

> nas primeiras Domingas de cada mês; fazer que a eleição dos Juízes que se faz para tal fim recaia em pessoas devotas, e que *possa fazer as despesas*.
>
> [...] não poderá ser admitido Irmão, todo aquele que for sujeito a vício, que ofenda a Moral Pública, ou que professar Religião diferente da do estado. (GOMES & PEREIRA, 2000, p. 202).

Assim, negros pertencentes a outras tradições, especialmente às de matriz africana, eram impedidos de acessar a irmandade e a falta de recursos para "fazer as despesas" os impedia de ter acesso aos principais postos. Outra questão relevante para a exclusão dos principais postos de comando na irmandade era a falta de conhecimento sobre trâmites burocráticos e o analfabetismo que acometia a quase totalidade dos negros.

Os vestígios mais antigos da relação dos Arturos com a irmandade acontecem entre 1888 e 1889, por meio de registros[29] de doações de diferentes valores, feitas por Camilo Silvério, regente do Reinado, no Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem (INSRC)[30]. A mudança de Arthur para o território hoje ocupado pela comunidade negra dos Arturos, tornou a relação entre sua família e a instituição cada vez mais próxima.

No entanto, somente em tempos relativamente recentes, em 1972, com a criação do estatuto da irmandade, uma maior abertura foi realizada para a composição dos membros diretores. O estatuto permitia a candidatura de qualquer membro à irmandade, determinando como condicionante para que isso acontecesse a inscrição de mensalidade (sócio-contribuinte), a doação material ou moral à INSRC (sócio-benfeitor) ou quem pudesse ter recebido o título pela diretoria da irmandade (sócio-honorário) (*Capítulo 4º*). Reforçava-se ainda que a irmandade deveria apresentar novas propostas em relação à democratização da participação de seus membros:

> Os presentes estatutos que não terão preconceitos sociais, religiosos nem político partidários, entrarão em vigor após sua publicação no órgão oficial do Estado. (*Capítulo 20º*).

Por outro lado, tal estatuto perdeu o caráter cooperativista quando retirou de seus compromissos a assistência mútua entre seus membros, espaço ocupado pelo

---

[29] Registro de doação de Camilo Silvério, encontrado pelo IEPHA durante a pesquisa realizada para o registro dos Arturos como Patrimônio Cultural Imaterial. Informação retirada da revista do IEPHA, volume 2, de 2014, intitulada *Cadernos do Patrimônio Imaterial*.

[30] Inserir referência da localização no acervo e qual acervo é: MEMORIAL DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE: Listagem dos Livros de Registros Paroquiais. Paróquia São Gonçalo,Contagem.

próprio Estado que passou a cumprir, por exemplo, funções previdenciárias inexistentes durante o período colonial. Ao mesmo tempo, seguindo interpretação de Gomes e Pereira, “o Estatuto prepara a associação para relacionar-se juridicamente com os órgãos oficiais” (2000, p. 204). Segundo os autores, um dos indícios de tal transformação foi a Lei nº 7.610, de 11 de dezembro de 1979, que declarou a INSRC como instituição de utilidade pública. Embora tal afirmação não tenha sido satisfatoriamente desenvolvida pela autora, acredito que a atual configuração da irmandade seja realmente o caminho mais provável para a compreensão da organização da comunidade dos Arturos e sua relação com órgãos oficiais.

Em 1973, um acontecimento foi alvo de grande comoção na comunidade. A capela de Nossa Senhora do Rosário, datada de 1868 (GOMES & PEREIRA, 2000), foi demolida pela prefeitura de Contagem após longa pressão do mercado imobiliário. Alegava-se, dentre outras coisas, que a capela já estava em estado avançado de degradação. Embora os Arturos já estivessem procurando o restauro com seus próprios recursos, a demolição foi realizada em meio a acusações extras de que muitas imagens que compunham a capela e, consequentemente, a memória da irmandade e da comunidade, haviam sido saqueadas pelos demolidores.

Poucos anos depois da demolição a comunidade reconstruiu a capela. O que constituiu um marco importante na memória da comunidade e um acontecimento que reproduzia os conflitos entre negros e brancos, Arturos e comunidade exterior, também foi importante para marcar a integração entre a irmandade e a comunidade:

> Na década de 1970, após a demolição... após, nem é após, não é, é na época da demolição da igreja antiga de Nossa Senhora do Rosário a irmandade veio de fato para a comunidade dos Arturos. Então daí foi feito naquela época o estatuto no qual ele é direcionado à preservação, manutenção das tradições culturais dos Arturos, *aonde* (sic) grande parte delas, aquelas que eram ligadas à questão da religiosidade, aí passaram a ser coordenadas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, não é, a instituição irmandade. E a partir de 1972, para cá, a irmandade ficou definitivamente para a comunidade dos Arturos. (Jorge Antônio dos Santos em entrevista concedida em 26/06/15).

A nova marca estatutária e a modificação da capela e da irmandade para o interior da comunidade, no entanto, não foram suficientes para que os Arturos passassem a assumir os cargos de direção da irmandade. José Bonifácio da Luz, mais conhecido como Bengala (2015), explica que isso ocorria “porque a gente achava que a gente não tinha capacidade, pelo jeito da gente viver, pela vivência... a gente sempre

tinha um pé atrás, essa foi a nossa criação, sempre jogando uma carta de menos”.

A necessidade de elevação da autoestima, tanto na afirmação como negros quanto como grupo de congado, até hoje é recorrente entre os Arturos, o que pude comprovar com as pessoas entrevistadas durante a pesquisa. O processo pelo qual se tornou latente a importância de os Arturos assumirem os cargos de direção da irmandade foi iniciado quando João da Luz, irmão de Bengala, viveu uma experiência específica na cidade de Unaí, em Minas Gerais. Segundo ele, estando no município a trabalho, viu um cartaz que divulgava um evento de culturas populares cuja programação contava com uma apresentação sobre a comunidade dos Arturos que seria feita por "autoridades". Ele, então, resolveu comparecer no evento e se apresentou como filho da senhora que havia aparecido em um vídeo exibido durante a apresentação, dona Tetane (Conceição Natalícia da Luz).

Bengala relata que os presentes olharam desconfiados para o irmão, que os informou ser membro daquela comunidade sobre a qual falavam. Disseram-lhe que era impossível, uma vez que os Arturos ficavam em Contagem. Ele então, apresentou sua carteira de identidade provando o parentesco com os membros da comunidade. De volta a Contagem, ele se candidatou à presidência da irmandade e buscou estabelecer um diálogo político com o poder público local, com universidades e pesquisadores, de forma que fossem eles próprios os interlocutores da comunidade. João da Luz percebeu, naquela viagem a Unaí, a importância que os Arturos tinham fora dos limites geográficos da comunidade.

Os descendentes dos Arturos começaram a ocupar o cargo de presidência da Irmandade somente na década de 1990, depois de quase um século e meio de existência dessa instituição, e de cerca de 90 anos de existência da comunidade. O primeiro a ocupar o cargo foi o próprio João Batista da Luz, presidindo por seis anos, quando foi sucedido por Bengala, seu irmão. Após ele, outros Arturos se tornaram presidentes:

> [...] passaram-se várias pessoas, não é? Passou a Srª. Dalva Maria Luziano, que participava das nossas tradições, depois o José Bonifácio da Luz também foi presidente da Irmandade, e hoje já pela segunda gestão está o Marcos Eustáquio como presidente da irmandade. (Jorge Antônio dos Santos em entrevista concedida à pesquisadora em 26/06/15).

Dentre as pessoas que assumiram a presidência da INSRC, somente a Srª. Dalva não é descendente direta de Arthur Camilo, e exerceu o mandato por dificuldades

burocráticas. Segundo Bengala, embora ele tivesse sido eleito o presidente, ele não pôde assumir o cargo por exercer função pública, um impeditivo para realização de contratos entre a instituição e o Estado. Na época, Dalva era vice-presidente e assumiu o cargo até que a próxima eleição fosse realizada.

2.2 A relação com o "mundo lá fora"

Em 2004 uma nova reformulação estatutária foi realizada especialmente para atualizar o estatuto em relação ao novo código civil. Segundo o novo estatuto, a diretoria da INSRC deve ser composta por presidente e vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros e um conselho fiscal formado por três conselheiros. Para a composição dos cargos é necessário garantir um processo eleitoral com ampla divulgação para inscrição das chapas. Os cargos não podem ser remunerados e os candidatos devem ser membros efetivos da comunidade dos Arturos. A votação é realizada em assembleia extraordinária convocada pela gestão em atividade da irmandade, e não deve ter vinculação político-partidária, como rege o estatuto. O mandato tem duração de quatro anos e a INSRC iniciou, em 2015, um novo mandato que termina em 2019. A eleição ocorreu sem disputa, já que apenas uma chapa, composta pelos mesmos membros da diretoria, se candidatou, sendo reeleita. A diretoria executiva da INSRC, de acordo com o estatuto vigente, deve ser composta por seis membros efetivos da comunidade, que cumprirão um mandato de quatro anos, sendo permitida apenas uma reeleição.

A chapa reeleita foi composta por Marcos Eustáquio como presidente, José Bonifácio (Bengala) como vice-presidente, Anaíse Silva Fortunato Pio de Souza como 1ª secretária, Patrícia das Dores dos Santos como 2ª secretária, Geraldo Bonifácio da Luz como 1º tesoureiro, Valdemar Fernandes dos Santos como 2º tesoureiro, e um conselho fiscal formado por João Carlos Pio de Souza, José Procópio da Silva e João Batista da Luz. Segundo Jorge, todos eles seriam descendentes de Arthur, no entanto, Patrícia é casada com um descendente e o casal João Carlos e Anaíse possuem forte relação com os Arturos, mas não são descendentes. Durante meu campo não recolhi informações sobre José Procópio e Valdemar. Todos, no entanto, seriam membros do Reinado.

Para além dos cargos formais estabelecidos estatutariamente, outros cargos também foram formados e ocupados com lideranças que possuem papéis centrais na

comunidade. Exemplo disso é o cargo de diretor social, ocupado por Jorge:

> Esse cargo (diretor social) não tem uma formalidade dentro do estatuto da irmandade [...] Primeiro, quando eu comecei a assumir, eu tinha uma função de coordenador de eventos, que eu atuava mais na organização dos eventos da comunidade, de modo geral. […] Isso foi, é [...] 2004 ou 2005. Então eu fiquei por duas gestões como coordenador de eventos. Depois, o meu trabalho foi tomando uma amplitude de maneira que eu não era só coordenador de eventos, aonde (sic) hoje, na atualidade, eu sou, no nosso popular, o "pau para toda obra".

De acordo com o novo estatuto, a Irmandade tem por finalidade difundir o folclore brasileiro na cidade de Contagem; promover o intercâmbio cultural com objetivos sociais e educativos; representar os interesses da INSRC perante os poderes públicos; manter as tradições com elevação de espírito; prestar serviços à comunidade na área da cultura, entre outros. De todas as funções exercidas, a que possui maior importância é a organização do ritual do Reinado e do calendário de visitas a outras irmandades. Para isso, os membros mais velhos, os Arturos de primeira linha, possuem uma importância central, ocupando o papel de lideranças religiosas que dão a palavra final sobre diversas ações de interesse da irmandade. Tal papel, assumido atualmente pelo senhor Mário e pelo senhor Antônio, não é mantido com representatividade dentro da estrutura burocrática da irmandade, mas pelas funções rituais estabelecidas pelo Reinado.

O motivo pelo qual os Arturos passaram a assumir os papéis de dirigentes dentro da irmandade é uma característica específica da comunidade e sua história, tomando uma importância singular em meus estudos. Os Arturos são reconhecidamente uma comunidade referência tanto para outras comunidades remanescentes de quilombo e grupos tradicionais do Reinado, como para órgãos do poder público, pesquisadores de todos os lugares, produtores culturais, artistas, redes de rádio e televisão e até organismos internacionais.

Jorge reconhece o prestígio que a comunidade tem "externamente", sabe que os Arturos se tornou referência para outras comunidades do estado de Minas Gerais, o que, para ele, aumentaria também a responsabilidade:

> [...] porque se a gente serve como uma referência para outras comunidades quilombolas, para as comunidades tradicionais hoje no estado... a gente tem que procurar, cada vez mais, estarmos aptos pra poder buscar esses apoios para benefício da comunidade, tanto para auxílio na questão da saúde, da educação, a formação, e também o mais importante que a gente considera que é a preservação da Comunidade com as suas tradições. (Jorge Antônio

> dos Santos em entrevista cedida à pesquisadora em 27/01/15).

O espaço adquirido pelos Arturos reflete o papel que a cultura vem assumindo no mundo contemporâneo, reconhecida progressivamente pelo mercado, pelo Estado e, especialmente, por agentes do terceiro setor e universidades. Este protagonismo assumido pela cultura faz eclodir na comunidade um assédio não planejado (e inicialmente pouco compreendido) de pesquisadores, produtores culturais, artistas, imprensa e outros agentes.

Podemos caracterizar tal processo como um choque cultural. Não só os Arturos estavam pouco preparados para compreender esse encontro, mas também os agentes externos, o que pode ser comprovado pela maneira como alguns traduziam de forma inadequada as diversas manifestações da comunidade. José Jorge de Carvalho (2005) ressalta que esse período provocou um processo de espetacularização das diversas manifestações culturais, desencadeando-as dos modos tradicionais de transmissão e da rede política e simbólica nos quais elas foram produzidas, redirecionando-as para fins de entretenimento de um sujeito consumidor. Muitos desentendimentos foram criados durante este processo:

> Primeiro a gente apanhou bastante. Vinham pessoas de um nível superior de estudo, já vinham nos Arturos com os projetos prontos, chegava aqui e “tal, esse projeto é assim”, e a gente foi se entregando, sabe? A gente teve uma época que o pessoal chegava aqui “vim aqui só tirar uma foto”, quando vê já chegava com o projeto pronto “pra vocês assinar aqui, isso aqui foi um projeto e tal”. [...] Mas a gente não é bobo mais. A gente acompanhou mais de perto e a gente viu justamente esse trabalho que cê (sic) tá fazendo. Chegava aqui “tem que fazer isso, tem que pagar isso, tem que pagar aquilo, o projeto é tanto”. Mas eles mesmo é que dominavam o tesoureiro, eles mesmo é que fazia, sabe, as prestações de conta, e a gente só assinando. Quando a gente foi perceber, nós ficamos só é com o trabalho. (José Bonifácio da Luz apud CSERMAK, 2013, p. 154)

Assim, além de muitos projetos produzidos serem realizados sem o protagonismo de membros da comunidade, geravam grande demandas para seus membros, no entanto, muitas vezes sem retorno de seus resultados ou mesmo com informações inadequadas, inconsistentes. A concepção dos projetos tinha contornos assimétricos, que não favorecia os Arturos, até mesmo do ponto de vista financeiro, quando era o caso.

Alguns dos pesquisadores que também produziram uma relação intensa com a comunidade aparecem em seus relatos sendo acusados de não produzirem versões

verídicas sobre a comunidade, de atuarem como porta-vozes sem o devido consentimento, e até mesmo de saquear objetos sagrados que pertenciam ao patrimônio de membros da comunidade:

> [...] falou muita coisa boa, mas falou muita coisa que... não condiz com o que é a comunidade. Seu Romeu Sabará, você já ouviu falar dele? Seu Romeu Sabará também, ele fez algumas entrevistas aqui e colocou muitas coisas que, sabe, ele aproveitou e foi emendando as coisas que não era aquilo e aquilo saiu! Aí ele correu atrás de explicar.
>
> [...] já teve muitas lesões aqui, né? Ah, muitas coisas que meu vô tinha, por exemplo [...] muitas coisas que eles chegavam aqui, pediam emprestado, falava que era pra fazer um benefício pra comunidade e nunca mais voltou. Tinha coisas históricas aqui, que ele tinha, que hoje não tem mais. Isso pra eles é... tinha umas candeias de luz, que era alumiado com candeia a comunidade antigamente. Tinha umas buzinas, que era caçador de veado com cachorro, né? Tinha as buzinas de chamar os cachorros. Ele era caçador! Minha mãe conta que, nó, a paixão dele (Bengala) era isso! (José Bonifácio da Luz em entrevista concedida à pesquisadora em 21/12/15)

Durante a pesquisa não buscamos conferir a veracidade ou não a respeito de saques realizados por pesquisadores ou produtores culturais. No entanto, o número de relatos parece ser um indício de sua veracidade. Do mesmo modo, relatos sobre o procedimento inadequado de alguns projetos realizados por produtores culturais eram igualmente recorrentes. A ação de pesquisadores atuando como porta-vozes da comunidade e desenvolvendo relatos que não eram da concordância da comunidade foi exibida em um documentário lançado pelo IEPHA e pela Rede Minas[31]. Nele, o pesquisador antropólogo Romeu Sabará[32] afirma que a comunidade é fechada e não aceita visitantes. Segundo alguns interlocutores dessa pesquisa, esse relato teria causado diversos problemas dentro da comunidade.

No entanto, José Jorge de Carvalho (2004) acredita que mais que a posição de porta voz e tradutor, o pesquisador muitas vezes atua como escudo para a comunidade pesquisada. O qual deve preservar uma “atitude responsiva, resposta, interação dialogante”, estabelecendo uma ponte entre valores e interesses do nosso mundo com o mundo dos artistas populares, como ele se refere. Uma espécie de “*performer* da arte tradicional”. É importante salientar, não obstante tal discussão, que esses agentes ocupam um lugar específico no pensamento dos Arturos sobre si e

---

[31] Arturos. [filme]. Belo Horizonte: Rede Minas & IPEHA, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cs_OfczmVJs. Acesso em: 06/02/2015.

[32] Romeu Sabará pesquisou a Comunidade dos Arturos por três décadas, de 1969 à 1997, quando defende sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP), intitulada “Comunidade Negra dos Arturos: o drama do campesinato negro no Brasil”.

sobre o mundo. Para isso, acredito que seja importante compreendermos a oposição demonstrada nos termos “aqui dentro” e “mundo lá fora”. Tais termos são constantemente usados pelos Arturos para pensar sua relação com esses diversos agentes externos. Observaremos que essa oposição se sobrepõe a outras igualmente relevantes.

A compreensão do modo como os Arturos se relacionam com seu território é tratada na tese de Ivanice Viegas (2014) sobre a comunidade. A autora, dentre diversas outras questões, observa que a relação atual do território arturo é bastante recente e que antes tal divisão se dava entre um espaço rural, a comunidade, e um espaço urbano, chamado “rua”, caracterizado pelo espaço não familiar da comunidade.

Atualmente, como demonstrado no capítulo anterior, a comunidade está localizada entre diversos bairros, em uma densa área urbana. A separação entre essa área urbana e a comunidade não é mais marcada por um extenso território despovoado, mas por algumas ruas e algumas porteiras, construídas pela própria comunidade como forma de acesso e marco simbólico de delimitação.

Tal marco para além de ser uma divisão simples entre propriedades é também uma divisão entre o sagrado e o profano:

> Toda vez que passamos por essa porteira nós pedimos licença, pois estamos entrando ou saindo de uma terra sagrada, terra que tem o sangue e o suor dos nossos ancestrais, onde eles reinam até hoje. Aqui é terra sagrada. (Arturo não identificado apud VIEGAS, 2014, p. 264).

A entrada no espaço não familiar marca a saída do espaço sagrado e a entrada em um território perigoso e imprevisível:

> Quando nós atravessa a porteira, a gente não sabe o que vai incontrá (sic) lá fora, aqui nós tá protegido... e lá fora... num vê o que conteceu com o cruzeiro? [...] a gente pede então proteção quando passa a porteira... pede a bênção a Nossa Senhora... quando a gente vira as costa... a gente pede paz pra todos...”. (Antônio Maria da Silva apud VIEGAS, 2014, p. 264).

A imagem da porteira como divisora do espaço sagrado e do espaço profano é especialmente recorrente durante os momentos rituais, durante os quais é colocado nela um arco formado por guardiões sob os quais se deve passar durante os cortejos. No entanto, embora o tempo ritual seja marcadamente religioso, atividades muitas vezes corriqueiras da vida cotidiana são permeadas por práticas ligadas ao sagrado.

Esse comportamento pode ser observado em um grande número de membros da comunidade, embora seja mais comum entre os mais velhos.

A tensão entre o sagrado e o profano, divididos pela porteira e tratados de forma respeitosa entre os Arturos é também uma divisão entre o espaço dos negros e e o espaço dos brancos. Como no mito contado no capítulo 1, a escolha de Nossa Senhora do Rosário pelo tambor e sua fixação em território negro reforçam a divisão entre negros e brancos como uma divisão entre território sagrado e território profano. A dimensão racial é um dos pontos de identificação mais relevantes entre os Arturos que, apesar de não se verem como quilombolas algumas vezes, são bastante enfáticos ao se autoreferirem como comunidade negra.

A relação perigosa entre o sagrado e o profano, o mundo externo e o interno, é também sobreposta à relação entre a tradição de seus antepassados e as ameaças sofridas pelo mundo moderno:

> Antigamente na minha época, enquanto criança, jovem, adolescente, a gente não tinha tantas coisas externas pra desviar os jovens da comunidade. Então, a gente vivia mais internamente na comunidade, preservando todas as tradições e ali tinha uma facilidade da gente aprender, da gente conviver, da gente interessar, né? E hoje infelizmente tem essa dificuldade de poder lhe dar uma questão tradicional com uma questão mais profana que acontece externamente na comunidade (Jorge Antônio dos Santos em entrevista concedida à pesquisadora em 27/01/15).

Como reforça Csermak:

> [...] o conceito de tradição [no caso dos Arturos] é permeado pela noção da diferença, oriunda tanto de uma história de violência e exclusão com relação aos de fora, como de uma vivência coletiva interna na qual os Arturos se tornaram uma Comunidade, uma grande família que mantém a memória de sua história. (2014, p.138).

Assim, a visão do mundo externo como um perigo e uma ameaça e da comunidade como o espaço do sagrado e da ordem é reforçada por narrativas que destacam as transformações como causadoras de uma potencial dissolução da comunidade.

Tal diferença, devo salientar, não são necessariamente verificáveis, uma vez que é fácil observar que a tradição do Reinado está em constante transformação e que no “mundo lá fora” existem negros e brancos. No entanto, a relação entre mundo externo e interno é uma forma de pensar a comunidade em um mundo maior que ela.

A fórmula utilizada por Manuela Carneiro da Cunha, “eu sou o que eu não sou não é” (1978, p.145) diz muito sobre como se circunscrevem identidades a partir de divisões abstratas. A autora reforça ainda que “cada diferença qualitativa parece ter um aspecto no qual ela é também espacial, enquanto cada diferença espacial é e permanece uma diferença qualitativa [...] os simples termos espaciais se tornam assim um tipo de exceção intelectual original” (Idem, p. 15).

É importante ressaltar que essa contraposição não indica que a comunidade seja fechada ou contrária ao seu exterior. João Carlos Pio[33], que se relaciona com os Arturos há mais de trinta anos, conhecia os membros da comunidade por causa das festas do Rosário das quais participava com a sua família. Ele conta que o Congado era também tradição na sua casa desde criança, mas que isso foi interrompido depois que o pai, a mãe e os avós se mudaram para Belo Horizonte. Quando “[...] a gente ia sempre nas festas do Congado, foi quando a gente se aproximou mais dos Arturos, e acabou que eu fiquei nos Arturos”[34]. Por fazer parte do Reinado, conta que as pessoas pensavam que ele pertencia aos Arturos e que se espantavam quando descobriam que não porque concebiam a comunidade como fechada, ao que ele respondia:

> […] não é nada disso, os Arturos desde o início sempre circularam para fora da comunidade. Dialogaram com seu entorno de maneiras diferentes, sempre foi. Nunca foi comunidade fechada. Diziam, “Aqui é fechado? Sua casa é nos Arturos?” [...] (João Carlos Pio em entrevista concedida à pesquisadora em 04/07/15).

Alguns interlocutores conceberam a ideia de que a comunidade era fechada depois que um pesquisador, que estudou os Arturos no período de 1970 a 1990, falou em uma rede de televisão que ela não aceitava visitantes. Em suma, o evento que teria suscitado tal reflexão seria fruto de mais um desentendimento entre os pesquisadores e os Arturos, em que os primeiros, por vezes, falavam pelos últimos.

A relação, no entanto, é contraditória. Embora a comunidade não possua intenção de enclausurar-se, ela mantém alguns dispositivos de manutenção de um distanciamento com seu exterior. Acredito que, como a porteira, a comunidade cria outras formas de controlar seu exterior, de manter seu distanciamento protegendo o

---

[33] Como já ressaltei anteriormente, João Carlos Pio é um dos poucos membros da diretoria da irmandade que não é descendente ou casado com um descendente.

[34] João Carlos Pio em entrevista concedida à pesquisadora em 04/07/15

território sagrado do profano. Mas, esses espaços também são canais de interlocução, de produzir relações com esse perigo. A irmandade atualmente é um desses importantes canais.

2.3 Os agentes híbridos

O novo estatuto dá à irmandade um papel menor de cooperação assistencial e passa a destacá-la como responsável pela manutenção das manifestações culturais da comunidade para além da relação já existente com o Reinado. Além disso, a irmandade ganha um papel formal na representação institucional da comunidade:

> Os Arturos existem institucionalmente pela irmandade. O estatuto é de Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem, o CNPJ é Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem. O regimento do estatuto é totalmente em torno das tradições da comunidade. Houve uma junção. A diretoria da irmandade, hoje, é totalmente composta por descendentes Arturos. Então, houve uma junção da comunidade à irmandade. E os dois andam juntos. (...) A irmandade lida com a parte jurídica, com a parte burocrática, é mais administrativa." (Jorge Antônio dos Santos apud VIEGAS, 2014, p. 247).

É claro que a representação realizada por essas lideranças não é uma atividade simples e sem contradições. A complexa trama que envolve o que homogeneizamos sob a rubrica de "Arturos" não é facilmente representável e os interesses dos membros da comunidade muitas vezes podem estar mais dispersos do que aparentam quando apresentados pela comunidade. Como destaca Glaura Lucas:

> […] como fazer para que essas pessoas tenham esse interesse? Porque a gente sabe, bom, em qualquer núcleo, ainda mais numa família daquele tamanho, ou então na irmandade, que ainda tem outras pessoas além da família, não vai haver convergência de opiniões e de interesses. No entanto, mesmo que não haja, como que essas pessoas, ainda que fazendo uma oposição e tudo, como que elas participam? Será que elas estão de fato participando dessas discussões internas? (Glaura Lucas em entrevista concedida à pesquisadora em 04/07/15).

Os mecanismos de diálogo e participação das decisões da irmandade, para além da eleição de sua diretoria, são basicamente uma assembleia mensal e as conversas informais, realizadas sem planejamento ou planejadas, que surgem, de porta em porta, para fins de mobilização ou conscientização. Essas últimas acontecem em casos especiais, como o processo atual de demarcação de terra quilombola, fato

que pode interferir na vida de toda a comunidade e que está envolvido por um grande número de polêmicas, por diferenças de interesse ou mal-entendidos.

A tarefa da representação, no entanto, possui menos um papel de centralização de poder dentro da comunidade e pode ser vista mais como uma tarefa de ocupação de espaços de participação no Estado e mediação das relações entre o “mundo lá fora” e a comunidade. Por exemplo, João Carlos, que hoje está no conselho fiscal da irmandade, havia assumido, em 2015, período em que realizei a pesquisa, o cargo de superintendente de Povos e Comunidades Tradicionais, na Secretaria de Direitos Humanos do Governo do Estado de Minas Gerais, um espaço de eminente diálogo. João Carlos também foi eleito titular no Conselho Municipal de Cultura, pela regional sede de Contagem, após ter sido indicado pelos Arturos para disputar a vaga, tornando-se referência também para outros setores culturais dessa regional, outras comunidades tradicionais e grupos ligados à música, ao teatro, ao circo etc. Dessa maneira, ele por espaços que são interessantes à comunidade e, principalmente, adquire conhecimento sobre as políticas identitárias e habilidades com a gestão pública e a burocracia.

Jorge, por sua vez, participa do comitê gestor de salvaguarda, eleito para acompanhar o processo e ser o elo mais forte de diálogo entre o comitê e a comunidade. Jorge também ocupa um cargo de função executiva no município, dentro da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira, órgão da FUNDAC. Tal cargo foi estabelecido recentemente como fruto de uma parceria já antiga dentro da comunidade. Segundo ele, há 12 anos a Prefeitura de Contagem havia celebrado um convênio com a irmandade a fim de realizar o repasse de recursos para a alimentação durante as festividades tradicionais, aquisição e reforma dos instrumentos musicais e de uniformes, transporte para os grupos tradicionais e produção de material de divulgação. No entanto, esse cargo só foi criado nos últimos dois anos para auxiliar a área de patrimônio imaterial, para que seu responsável possua dedicação exclusiva no que diz respeito à orientação de visitas organizadas por escolas que se interessem pela história da comunidade e também para promover a participação em seminários, eventos acadêmicos e de cultura e patrimônio, uma vez que a comunidade seria uma das principais formas de divulgação do município em outros lugares.

Por outro lado, o trabalho de Jorge também é visto como uma porta de entrada dos pesquisadores e produtores culturais na comunidade:

> [...] tudo isso é desenvolvido pela minha função como diretor social também, e até mesmo pela questão da disponibilidade por estar, né? A minha função aqui dá direito a me ausentar para poder realizar este trabalho... que é, aos olhos da direção da cultura do município, os Arturos, uma vez que é levado pra fora do município, ou até dentro do município né? Através das redes de educação, levando seu histórico, está também divulgando a cultura de seu município. (Jorge Antônio dos Santos em entrevista concedida à pesquisadora em 27/01/15).

Mais do que a dedicar-se exclusivamente às tarefas da comunidade, o cargo assumido por Jorge demanda a recepção de uma série de agentes externos à comunidade:

> [...] a gente recebe os pesquisadores, as pessoas que vão para conhecer a comunidade, as escolas que têm interesse de conhecer a história da comunidade, então eu tenho esse papel de receber as escolas. A gente vai pras escolas, vai pras universidades, a gente participa dos fóruns, seminários, conferências, né? A gente desenvolve oficinas, né? Em várias regiões do estado e fora do estado, né? (Jorge Antônio dos Santos em entrevista concedida à pesquisadora em 27/01/2015).

Acredito que a posição ocupada por Jorge, assim como a posição de outras lideranças, pode ser definida como híbrida, no sentido usado por Latour (2012), uma vez que ele utiliza tanto de sua posição como representante do Estado, acessando seus recursos e divulgando o próprio município em outras cidades, quanto de sua posição como membro da comunidade dos Arturos, mobilizando reuniões da irmandade e representando os Arturos em eventos da prefeitura.

Embora o cargo ocupado por Jorge não existisse anteriormente, a posição híbrida, de mediação de relações entre a comunidade e esses agentes, muitas vezes era ocupada pela própria FUNDAC, que se comportava como uma primeira porta de acesso à comunidade, marcando visitas e solicitando entrevistas e gravações.

A posição ocupada por ele, no entanto, não é inerte. Ele procura fazer com que os interesses desses agentes externos estejam alinhados com os de dentro da comunidade, como enfatiza João Carlos Pio:

> Agora nós temos que avançar no diálogo, no amadurecimento, vamos chamar assim, político, não é? Eu estou chamando de político a inserção no espaço, de dialogar com as universidades... que as universidades também se aproximaram. Durante muito tempo, muitos pesquisadores vinham aqui para pesquisar, levavam e não davam retorno. Então isso também... também no diálogo com muitos pesquisadores, pessoas das universidades que começaram a perceber: "olha, a gente tem que ter um olhar que não é vir aqui fazer pesquisa e só sugar dos Arturos, transformar isso num saber científico, ou traduzir e não dar o retorno […] (João Carlos Pio em entrevista concedida

à pesquisadora em 04/07/15).

Se a posição assumida por Jorge em grande medida substitui uma posição anteriormente assumida pela FUNDAC, o mesmo não acontece quando pensamos nos pesquisadores e produtores culturais. Em trabalho semelhante, Csermak (2014) acredita que os produtores culturais agiam como mediadores em relação às principais fontes de recurso para a cultura advindas do Estado e do mercado. Tal mediação era controlada especialmente devido ao modo como as políticas culturais da década de 1990 se configuravam, exigindo um alto grau de conhecimento técnico e a necessidade de captação de recursos junto ao mercado[35].

Acredito, no entanto, que embora a irmandade e as lideranças tenham assumido um papel de mediação e possuam, agora, um protagonismo cada vez maior sobre os processos de captação de recursos, a falta de conhecimento técnico e a possibilidade de acessar um número maior de projetos faz com que agentes externos não os substituam, mas se liguem aos membros da comunidade como parceiros em ações específicas.

Ainda é importante salientar que a mediação assumida pelos Arturos em relação aos pesquisadores é igualmente importante para o acesso a certos recursos. Primeiramente porque os Arturos consideram as pesquisas como uma importante forma de divulgação da comunidade, mas também porque alguns processos de acesso a políticas públicas, como o processo de reconhecimento por meio do registro como Patrimônio Cultural Imaterial e a delimitação fundiária, demandam um grande número de informações coletadas.

Um dos momentos de maior importância na mudança do tratamento dado a pesquisadores e produtores pelos Arturos foi realizado mediante a intervenção de alguns desses parceiros. Isso aconteceu quando um projeto da Abril Cultural, que havia informado sobre a realização de um trabalho à irmandade, aportou na comunidade com uma grande equipe de gravação. Embora avisados sobre o projeto que seria realizado, a própria irmandade não havia acertado com as lideranças religiosas que se sentiram surpreendidas pela dimensão da equipe e com o tipo de intervenção que estaria sendo realizada ali. Dessa maneira, foram acessados alguns de seus parceiros para que dessem suporte para que os membros da comunidade pudessem compreender a situação.

---

[35] Cf. capítulo 3.

Devido a esse evento, foi criado um grupo formado por Glaura Lucas, Fábio Alves dos Santos, professor do curso de Direito da PUC Minas, e Rosângela Tugny, etnomusicóloga e professora da Escola de Música da UFMG. Segundo Bengala, por meio da intervenção desse grupo eles passaram a se sentir autorizados a negociar ou mesmo a negar as solicitações realizadas, muitas vezes, pelos próprios órgãos governamentais. Essas orientações, segundo Bengala, são realizadas nos momentos em que eles se sentem inseguros ou desconfortáveis por desconhecerem determinados processos, como questões jurídicas relacionadas a contratos, convites advindos desse "mundo externo" para participar de festivais, encontros e filmes, sobre o Reinado ou mesmo sobre a comunidade. Atualmente, conta Glaura, os Arturos já não os procuram mais para isso, uma vez que possuem qualificação suficiente para julgar o que é pertinente ou não. A solução para o assédio de pesquisadores e produtores culturais não foi a eliminação da relação da comunidade com esses agentes, mas a realização de parcerias com outros pesquisadores e produtores que contribuíssem de forma mais efetiva.

Assim, ao pensarmos em Jorge e na irmandade como mediadores nesses processos com o "mundo externo", acabamos, invariavelmente, por nos remeter sempre a mais atores que contribuem com esse processo. Para além de pesquisadores e produtores, podemos citar servidores, advogados, artistas, imprensa e outros, agentes cujos papéis se caracterizam pelo apoio dado às questões da comunidade. Dessa forma, esses colaboradores mantêm o diálogo com o poder público, compartilham conhecimento especializado, oferecem seus préstimos profissionais em prol da comunidade, por exemplo, nos assuntos jurídicos e burocráticos, ou apoiam a irmandade na inscrição de projetos para acesso a recursos e garantia de direitos identitários, principalmente quilombolas.

Embora tenham havido diversos conflitos com pesquisadores, não se pode dizer que a relação com eles seja de rivalidade, aliás, eles possuem bom relacionamento com algumas instituições universitárias, como a PUC Minas e a UFMG, por meio de projetos de extensão ou de pesquisa, ou pelo envolvimento mais contínuo de alguns pesquisadores.

Uma das pesquisadoras da comunidade que estabelece relação com eles há vários anos é Glaura Lucas. Realizando pesquisa há 15 anos dentro da comunidade, ela é muito mencionada por suas lideranças, que buscam seu apoio sempre que necessitam. Ela ganhou a confiança da maioria dos membros e acompanha a

comunidade já há muito tempo, seja em assuntos pontuais ou em processos mais longos, como aqueles referentes aos registros e seus planos de salvaguarda. Também outros pesquisadores e profissionais são considerados parceiros pela comunidade, e essa relação se intensifica e perdura no tempo mesmo após o término da pesquisa ou do trabalho que realizavam. Tais pessoas se colocam disponíveis para ajudar nas questões dos Arturos, e estes os acionam quando for preciso compreender algo e agir a partir de um determinado conhecimento.

O trabalho de campo realizado durante esta pesquisa foi mediado por Jorge. A autorização para realizá-lo foi solicitada em outro momento[36], quando ele representava a comunidade como capitão da guarda de Moçambique, fazendo a mediação como funcionário da FUNDAC também com outros grupos de reinadeiros. Essa passagem pela aceitação “institucional” da comunidade seria como um procedimento inicial deles, cercada de alguns “protocolos”, eu diria. O fato de Jorge ser o primeiro contato da comunidade com o pesquisador, como aconteceu no meu caso, não significa que ele seja a principal liderança, mas ele é a liderança com quem se fala primeiro.

Como já mencionado, uma vez demonstrado o interesse de realização da pesquisa, Jorge me solicitou um pequeno resumo que demonstrasse quais seriam as intenções, que tipo de trabalho seria realizado e que tipo de pergunta seria feita. O resumo foi apresentado à irmandade e aprovado em um processo no qual não pude estar presente. Após a etapa de recolhimento de material e com a análise já realizada, geralmente é solicitada ao pesquisador a apresentação do material para que erros considerados "grotescos" ou que deformem a imagem da comunidade sejam eliminados.

Se a realização de pesquisas é quase sempre feita por iniciativa externa, a obtenção de recursos por meio de projetos culturais obedece a movimentos distintos. Uma vez observado um edital, o trabalho de produção de projetos muitas vezes é iniciativa das próprias lideranças que observam, na irmandade, o papel da obtenção de recursos:

> E essa diretoria, ela tem o papel de auxiliar toda a comunidade dos Arturos em relação às suas tradições culturais, no que diz respeito às questões administrativas, às questões burocráticas. [...] A diretoria tem o papel de buscar mecanismos pra apoio, incentivo, valorização e desempenho também,

[36] Cf. Introdução.

> né? De todas essas manifestações culturais, que a comunidade preserva, então, cada uma dessas funções, dentro da diretoria, desempenha o seu papel no sentido de organização e direção da comunidade dos Arturos. (Jorge Antônio dos Santos em entrevista concedida à pesquisadora em 27/01/15).

É interessante observar que, muitas vezes, quando questionados sobre o que seria a irmandade, a primeira resposta dada pelos entrevistados era sobre seu caráter de pessoa jurídica. Embora a resposta pareça ser simplesmente protocolar, isso nos informa também sobre sua função de obtenção de recursos, uma vez que essa tarefa se dá especialmente pelo acesso a editais que demandam a existência de uma pessoa jurídica.

A produção de projetos para concorrência em editais públicos configura-se, no entanto, como um gargalo para a aquisição de recursos à irmandade, visto que seus membros continuam sem conhecimento técnico para a produção de projetos. Isso acontece apesar da recente tendência de alguns editais, lançados especialmente pelo Governo Federal, que conduziram a uma simplificação tanto das exigências para a concorrência quanto do processo de prestação de contas. As lideranças afirmam que, recentemente, alguns jovens da comunidade puderam participar de uma capacitação para a produção de projetos e que esse seria um primeiro passo para os membros da comunidade dominarem esses processos.

A irmandade e sua diretoria, no entanto, não possuem total autonomia para articulação e produção desses projetos. Alguns dos agentes de maior importância para a produção e aprovação de projetos são os Arturos de primeira linha, atualmente representados pelo senhor Mário e pelo senhor Antônio, as lideranças religiosas que possuem maior conhecimento sobre as manifestações culturais e detentores de um grande respeito por parte de toda a comunidade.

> A gente busca os editais para ir entrando, procurando aqueles editais que servem para gente, que enquadra (sic) com a comunidade e aí a gente traz pra reunião aqui na comunidade, né? Daí a gente discute, aquilo que for melhor, a gente forma uma equipe e elabora o processo do edital e concorre. Mas a gente não faz nada sem que a gente traz para comunidade, para discutir pra comunidade se presta ou não [...] Mas eles [os Arturos de primeira linha] também não impedem a gente que a gente faça, mas a gente tem o costume de chegar e passar pra eles, né? Porque eles é que são nossos professores. (José Bonifácio da Luz em entrevista concedida à pesquisadora em 21/12/15).

Assim, as lideranças religiosas tornam-se indispensáveis no processo de avaliação dessas atividades, primeiramente por serem testemunhas diretas da história

da comunidade, o que faz com que eles centralizarem um conhecimento valioso tanto para projetos culturais quanto para pesquisadores; mas também, por serem autoridades religiosas, capazes de discernir as condições adequadas nas quais o sagrado pode se manifestar.

Caio Csermak (2013) demonstra como o protagonismo mantido pelos Arturos de primeira linha e a necessidade de preservar o Congado dos espaços profanos, fora do espaço e do tempo do Congado, fez com que os Arturos produzissem seus próprios equipamentos não tradicionais, apresentando elementos da comunidade de uma maneira que os elementos sagrados de sua tradição não sejam afetados.

Um desses equipamentos, podemos listar, é o *Grupo Filhos de Zambi*, criado por volta de 1992 por iniciativa de membros da comunidade dos Arturos. Tal grupo é formado, em sua maioria, por jovens arturos e alguns agregados, com o objetivo de tratar as questões afro-brasileiras e também de dialogar com linguagens como teatro, dança e percussão[37]. O grupo utiliza a linguagem da apresentação, protegendo os elementos que são de exclusividade do Reinado e compondo uma imagem espetacularizada, aceita tanto pelos descendentes de primeira linha quanto para um público consumidor.

Outro mecanismo discutido há muitos anos é o Centro de Referência (ou Centro de Memória), que deverá ser construído dentro da comunidade para receber pesquisadores e deve contar com um acervo capaz de supri-los de grande parte das informações que gostariam de coletar diretamente.

Assim, além de a irmandade ser uma espécie de "porteira" para receber e controlar agentes externos, separando o espaço do sagrado do território profano, ela também produz novos equipamentos que agem da mesma forma.

Apresentei, neste capítulo, a história da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem e sua relação com a comunidade dos Arturos. Observamos como essa instituição progressivamente se tornou pertencente à comunidade, e também como ela, a partir do momento em que passou a ser dirigida pelos pertencentes ao “tronco velho” do senhor Artur, tornou-se a instituição responsável por gerir a relação da comunidade com agentes externos a ela.

Ressaltei também que o aumento do protagonismo dos Arturos nos processos de pesquisa e de produção cultural não decorreram necessariamente de uma

[37] Para mais informações, ver *Cadernos do Patrimônio Imaterial*: comunidade dos Arturos (IEPHA/MG, 2014, p. 49).

substituição dos pesquisadores e produtores culturais externos por atores que fariam esse papel internamente. Tal protagonismo foi estabelecido a partir da mediação com agentes parceiros e do reconhecimento dos Arturos de primeira linha como autoridades religiosas capazes de observar a importância da divisão entre o espaço sagrado e o profano.

No próximo capítulo observaremos como o processo vivido pelos Arturos faz parte de um contexto mundial no qual a cultura vem ganhando protagonismo cada vez maior, tanto no mercado como no Estado.

3 DIVERSIDADE CULTURAL: A CULTURA COMO EMERGÊNCIA E RECURSO

As lideranças arturas que atuam como mediadores são responsáveis também por mobilizar a comunidade para os debates relacionados às identidades negra, congadeira, quilombola, como “irmãos do Rosário”, e outras identidades que isoladamente são insuficientes em demonstrar as diferenças internas existentes entre eles. Mesmo a designação “Arturos”, no plural, não representa, sem conflitos, as vozes diversas que povoam essa identidade. Isso também se dá quando eles se deparam com as formas como o Estado os classificam por meio de seus atos administrativos e normas, que muitas vezes precisam ser decifrados.

Reflito, neste capítulo, sobre a noção de diversidade que passa a ser chave na proposição de políticas culturais voltadas para os grupos que reivindicam reconhecimento, como a Comunidade dos Arturos. Observo as implicações de um contexto no qual a cultura se torna central para pensar desenvolvimento e mercado, provocando uma regulação discursiva promovida por agências transnacionais, das quais destaco a UNESCO.

Desde meados do século XX a cultura tem assumido uma importância cada vez maior na estrutura e na organização da vida moderna, assim como nos processos de desenvolvimento do mundo globalizado, tornando-se parte do político e do econômico, que, por sua vez, também se tornaram constitutivos dela. Hall (1997) discute sobre as quatro dimensões da centralidade que a cultura passa a ter na sociedade contemporânea:

> [...] a ascensão dos novos domínios, instituições e tecnologias associadas às indústrias culturais que transformaram as esferas tradicionais da economia, indústria, sociedade e da cultura em si; a cultura vista como uma força de mudança histórica global; a transformação cultural do quotidiano; a centralidade da cultura na formação das identidades pessoais e sociais. (Hall, 1997, p. 9)

Essa centralidade vem acompanhada por transformações com ritmo e irregularidade próprios de uma mudança cultural global, presente na vida cotidiana das pessoas comuns que produzem suas próprias resistências, positivas ou negativas. Hall destaca que as reações culturais conservadoras fazem parte de um retrocesso causado pela difusão da diversidade pela globalização cultural, que cria não só “gestores” dessa mudança cultural, como também “vítimas” dela. Como

exemplo, o autor fala sobre o fato de que o desemprego atinge os negros duas vezes mais que os brancos.

Isso acontece, segundo ele, porque tais mudanças devem ser relacionadas às situações sociais, de classe e geográficas, tornando maior o desafio para as políticas públicas em relação às populações tradicionais. No Brasil, tais políticas deveriam "assegurar a universalização dos direitos e a implementação de recortes diferenciados, adequados às suas realidades e processos históricos conjunturais. " (COSTA FILHO; MENDES; MOREIRAS SANTOS, 2012, p. 2).

Outras mudanças que ocorrem em função do papel central da cultura estão ligadas à regulação social, à moralidade e ao governo da conduta social. Quanto mais significativas forem as forças que a governam, moldam e regulam, mais a cultura se reforça como uma questão central. Essa equação se evidencia se pensarmos que no seu cerne podemos encontrar a relação existente entre *cultura* e *poder*, que torna mais central aquilo que vai ganhando importância. A cultura está inscrita e sempre funciona no interior do "jogo do poder" (HALL, 1997).

Nesse sentido, tanto a cultura como a mudança cultural se relacionam dialeticamente com a economia, com o mercado, com o Estado, pelo poder político ou social. Hall propõe pensar essa questão como um processo de "determinação recíproca", onde cada um impõe limites e exerce pressão sobre os outros, mas sem que nenhum, individualmente, consiga definir detalhes de seu funcionamento interno em relação aos demais (1997).

A ênfase à cultura e à diversidade cultural em vários setores delineia o discurso desenvolvimentista, colocando-o como condição ideal para um crescimento "sustentável", passando a pautar acordos entre países-membros de organismos internacionais como a UNESCO e instituições financeiras como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). De acordo com Yúdice (2004), a cultura e as artes compõem uma esfera crucial de investimentos porque criam um ambiente "seguro" pelo efeito de "pacificação" dos conflitos sociais, o que aumenta a garantia de retorno às instituições que investem em projetos de desenvolvimento cultural, como os bancos de desenvolvimento controlados pelos governos estaduais[38].

---

[38] Essas instituições financeiras têm por objetivo proporcionar recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos de promoção do desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado. Informação acessada em 17/01/2016, pelo link: http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bd.asp.

Novos segmentos de mercado emergem junto aos grupos de mulheres, jovens, negros e homossexuais nos anos 1960 e 1970, marcados pelas lutas de reivindicação e autorrepresentação, expressas nos movimentos de contracultura. A emergência dessas novas identidades fez com que as grandes empresas atuassem como "agências de capturar anseios", de acordo com a imagem criada por Mira (2014). Aquele foi um período considerado auge da celebração da diversidade cultural, porque significou uma acentuação das diferenças por meio do movimento negro e do feminismo.

Também por conta do enfraquecimento da ideia de identidade nacional, depois da mundialização da cultura, a dinâmica da segmentação do mercado de consumo na modernidade articula-se mais profundamente à construção de identidades pessoais e coletivas. Um processo de reconstrução de identidades coletivas passa a se basear, portanto, na revalorização de elementos da cultura popular tradicional, em função do seu caráter local ou regional. Celeste Mira se remete a movimentos surgidos na década de 1990 e em 2000, como o "Movimento do Orgulho Autista" e o "Movimento do Orgulho Surdo", como partes dos diferentes movimentos surgidos sob a égide do orgulho, da autoestima e da afirmação de direitos (2014, p. 84-85).

Hall (1997) propõe que adotemos uma melhor conceituação de "nossas identidades", como considerar as diferentes identificações ou posições que procuramos viver, como sedimentações que atravessam o tempo e se fixam dentro, interiorizam-se em nós "como se viessem de dentro", ocasionadas por uma conjunção especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências únicas e nossas, como sujeitos individuais. Em resumo, para o autor, nossas identidades são formadas culturalmente:

> [...] devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas. Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles). Nossas chamadas subjetividades são, então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico. (HALL, 1997, p. 26)

Para os pesquisadores dos estudos culturais – dentre eles Stuart Hall – a agência cultural muitas vezes está circunscrita à noção de identidade, "como se a expressão ou a identidade individual ou grupal em si levasse à mudança" (YÚDICE, 2004, p.15). A mudança histórica global e a transformação cultural do cotidiano representam dimensões da centralidade da cultura, atuando ao mesmo tempo na

formação das identidades pessoais e sociais. (HALL, 1997). Yúdice, citando Iris Marion Young, demonstra que, no entanto, existem outras relações circunscritas na agência cultural que devem nos tornar reticentes frente a toda essa celebração da diversidade tão preponderante no trabalho dos estudos culturais:

> Nós nos encontramos situados em relações de classe, gênero, raça, nacionalidade, religião e assim por diante, [dentro de uma 'dada história de significados sedimentados e uma paisagem material, interagindo como outros no campo social'] que são fontes tanto de possibilidades de ação como de coação". (YOUNG apud YÙDICE, 2004, p. 15)

Sobrepõem às diferenças identitárias de grupos específicos outras referências sociais e econômicas já existentes como classificações estatais, que se somam e hibridizam às novas classificações culturais nos recortes de priorização das políticas sociais. Muitas vezes isso acontece para reificar lugares marcados pela exclusão a que muitos grupos, historicamente, foram relegados. Portanto, somada à identidade congadeira de devoção negra que especifica e referencia os Arturos, existe também a identidade negra, afirmativa de uma raça que tem a sua cultura constantemente ameaçada por processos homogeneizadores. A identidade racial assemelha os Arturos a outros grupos que ocupam certa posição social expropriada dos meios de acesso, como "minoria" marginalizada e objetivada.

Na esfera governamental, acadêmica ou social, a categoria "povos ou comunidades tradicionais" é relativamente nova. Surgiu como uma problemática ambiental relativa às áreas protegidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no contexto da criação das Unidades de Conservação, para dar conta da questão das comunidades tradicionalmente residentes nessas áreas: povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, extrativistas, pescadores, dentre outras (MENDES; COSTA FILHO; e MOREIRA SANTOS, 2012, p. 9). A noção de povos e comunidades tradicionais foi construída, paulatinamente, por meio de convenções internacionais ratificadas pelos países, institucionalizando essa categoria política-jurídica, detentora de direitos específicos, em todo o território brasileiro.

Acentuou-se, portanto, o reconhecimento das aspirações de bases culturais na construção das democracias. Nos anos 1950 e 1960, um movimento do conceito de cultura que vinha da produção de arte se funde ao conceito de identidade cultural, ficando marcado nas décadas seguintes o vínculo entre cultura e desenvolvimento,

que passa a balizar a cooperação internacional e a solidariedade com os países em desenvolvimento (UNESCO, 2005). A noção de cultura e de diversidade cultural é ampliada no âmbito da UNESCO, e as políticas culturais passam a ser discutidas em suas diferenças e no reconhecimento de novos sujeitos coletivos de direitos (ALVES, 2011a).

De acordo com Yúdice (2004, p. 15), os grupos e comunidades tradicionais adotam uma rede estratificada, composta por atores de diferentes posições sociais, como os grupos de ativistas culturais, a comunidade foco do ativismo, fontes de fomento que vão desde órgãos governamentais e fundações locais até corporações transnacionais e ONGs. Uma “rede de colaboradores e intermediários”, conforme expressão do autor, passa a influenciar os discursos desses grupos, estabelecendo negociações em vários níveis. Yúdice examina os ativistas negros do Grupo Cultural Afro Reggae, que não se estabelecem sem negociar com os “ativistas oficiais”, como pessoas de destaque na comunidade, representantes da Igreja, jornalistas, advogados, acadêmicos, empresários, filantropos, indústrias do entretenimento e da música, grupos de solidariedade internacionais, e representantes de fundações. Desse modo, trabalham com estratégias diferentes e em várias frentes.

No caso aqui examinado, também os Arturos têm a sua rede composta por pessoas (profissionais) e instituições consideradas “de dentro” e “de fora”, que contribuem com o acesso a direitos e recursos, conhecimentos importantes que instrumentalizam a comunidade a criar novas alternativas de continuidade do modo coletivo que têm de viver e de praticar suas tradições. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem, por exemplo, contribui com os Arturos sobretudo no que diz respeito ao enquadramento no perfil jurídico exigido na maioria dos editais de políticas culturais.

Csermak (2013) atenta para a existência de empecilhos no que diz respeito ao acesso, por parte das culturas populares, ao cumprimento dos procedimentos burocráticos que exigidos pelos mecanismos. Segundo Csermak, além da falta de capacidade técnica para elaborar projetos (no modelo do MinC, por exemplo), existe a dificuldade enfrentada durante o processo de prestação de contas, dentre outros obstáculos, o que provoca, segundo ele, uma crescente profissionalização de produtores e produtoras culturais. Tal fenômeno é característico do modelo de renúncia fiscal ao qual as políticas culturais se baseavam durente o governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente do país no período de 1995 a 2003 (p. 103).

Jorge Antônio dos Santos, liderança artura que atua na comunidade como diretor social responsável pela mediação com a prefeitura, pesquisadores e outros atores externos, me relata em entrevista que possui alguma experiência com esse modelo de leis de incentivo. Ele fala sobre o enfrentamento de dificuldades de natureza técnica, como menciona Csermak. Além disso, confirma o enquadramento jurídico do perfil da Irmandade:

> Nós já apresentamos vários projetos em editais de Leis de Incentivo em nome da Irmandade. Alguns a gente conseguiu. Alguns editais de financiamento direto, a gente conseguiu aprovar e executamos o projeto. Teve outros editais que dependiam de captação, a gente não conseguiu fazer a captação do recurso. E editais e projetos também que não foram aprovados. Mas tudo em prol da preservação das tradições da Comunidade. (Jorge Antônio dos Santos em entrevista concedida à pesquisadora em 26/06/15)

As culturas populares, nesse novo contexto, estão cada vez mais imbricadas pelo mercado, pelas políticas e discursos que combinam cultura e desenvolvimento (CSERMAK, 2013). No âmbito da UNESCO, desenvolvimento não vem como um processo exógeno, em que a cultura se condiciona (ALVES, 2011). A cultura é como uma visão particular de desenvolvimento, um elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais, de acordo com a concepção da *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (UNESCO, 2005).

Na ECO 92[39], realizada no Rio de Janeiro, a diversidade cultural como conceito surgiu associada à ideia de desenvolvimento sustentável. O evento contou com a participação do Banco Mundial e de outras organizações financeiras, que passaram a incorporar a esfera da cultura em suas preocupações e em seus financiamentos. Podemos acrescentar que tal incorporação passou a influenciar um público, igualmente diverso, em suas opções de consumo. Mattelart acredita que

> [...] o conceito de diversidade cultural não apenas se espalha e continua a inspirar políticas públicas atinentes às indústrias da cultura, mas sua audiência crescente desde o início do novo milênio mostra que ele se transcende e tende a se tornar uma referência maior na busca de um novo ordenamento do planeta (2005, p. 133).

---

[39] A Eco-92 foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, no período de 3 a 14 de junho de 1992. É também chamada de Cúpula da Terra. Na Declaração da Rio 1992, países desenvolvidos reconheceram sua responsabilidade na busca global pelo desenvolvimento sustentável. As metas acordadas pelas 193 partes da Convenção sobre Diversidade Biológica para alcançar uma significativa redução da perda da biodiversidade até 2010 não foi alcançada. Informação acessada em 22/01/16: http://www.onu.org.br/rio20/contexto.pdf.

Como sugere Mattelart, a busca de um novo ordenamento do planeta gera uma tentativa estatal de decodificação das identidades, que é também geradora de inúmeros equívocos. Muitas vezes, na tentativa de classificar e organizar, o Estado acaba por simplificar e homogeneizar, desconsiderando os conflitos e as diferenças internas inerentes aos próprios grupos. Da mesma forma, os grupos, povos e comunidades se apropriam dos instrumentos de acesso, como os editais e as leis, como formas de reivindicar reconhecimento e continuar seus modos específicos de viver. Além disso, procuram ocupar espaços de participação, como conselhos, comitês, assembleias, seminários, etc.

Alguns membros dos Arturos passaram a representar o grupo nesses espaços de participação cidadã, principalmente na esfera local, que são, no entanto, desdobramentos de uma política pensada a nível nacional. Isso pode ser percebido na afirmação de João Carlos, transcrita abaixo, que enfatiza tal participação como sendo algo novo no contexto das políticas culturais no Brasil:

> […] tem um ano e um mês que o conselho foi empossado. É novo, que teve a Conferência Municipal de Cultura, e uma das coisas da Conferência é recente. Que é essa constante coisa, não é, do Brasil, que também é recente, valorização da cultura, de mais recursos para a cultura. Hoje tem plano de cultura, políticas para cultura, fundo... Contagem mesmo tem na Secretaria uma Fundação de Cultura para ver se consegue captar recursos, fazer a coisa funcionar mais. E o Conselho faz isso, ele vai monitorar as políticas públicas ligadas à cultura. Faz o papel do controle, não é, então? (João Carlos Pio em entrevista concedida à pesquisadora em 04/07/2015)

Nesse sentido, o Programa Cultura Viva pode ser entendido como um movimento de transformação das políticas culturais que, que por meio de editais, buscava fortalecer instituições da sociedade com atuação formativa relevante, especialmente em áreas de periferia e em comunidades em situação risco. O Programa buscou a descentralização das verbas do setor, fortalecendo grupos culturais marginalizados e criando uma base para o protagonismo estatal na cultura. Retomarei mais à frente esse período de mudança que ocorreu nas políticas culturais durante o governo Lula, entre 2003 e 2011, comparando com governos anteriores. Por ora, é importante saber que os Pontos de Cultura se tornaram um elo de diálogo do Estado com a sociedade civil. Por meio da Comissão de Pontos de Cultura seriam elaborados os novos vetores de desenvolvimento do Programa Cultura Viva que, por sua vez, se tornariam os principais atores para a mobilização da Conferência Nacional de Cultura.

Os debates acerca das normas e da regulação jurídica da sociedade são constitutivos de processos de democratização do país e da adoção de uma Constituição voltada para a proteção dos direitos sociais e culturais,

> [...] na medida em que impõe e reflete um amadurecimento político tanto dos sujeitos de direito aqui enfocados (índios, quilombolas, populações tradicionais e meio ambiente), quanto da sociedade civil de forma mais ampla, representada, entre outros, por diversos movimentos sociais e pelos cientistas, que vêm assumindo um papel de extrema relevância nesses processos (COSTA FILHO; MENDES; MOREIRA SANTOS, 2012, p. 3).

A Constituição de 1988 amplia o rol de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, de forma que faz crescer a diversidade de mecanismos a serem acionados e também os sujeitos aptos a propô-los. No entanto, o formalismo jurídico e o privilégio de regras fragilizam a força normativa da constituição (*Ibidem*, p. 2-3).

3.1 O acesso às políticas pela via da diversidade cultural

A ideia de diversidade cultural se tornou a nova crença do terceiro milênio, segundo Mira (2014), abarcando diferentes espaços e agências, principalmente depois que o texto da *Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* foi aprovada em 2005 pelos países-partes[40]. Uma formação discursiva começou a pautar as diversas formas de expressão de cultura, tanto em seu sentido restrito, como arte, música, dança, como em seu sentido amplo, significando modos de pensar, de ser, de fazer e de viver, compartilhados por diferentes grupos sociais (ALVES, 2011).

Nos anos 1990 e 2000, a *Declaração Universal da Diversidade Cultural* é lançada em consonância com esse momento de definição ampliada do conceito de cultura e orientada para o aprimoramento do diálogo entre culturas e civilizações, visando à

[40] Compete às partes, os Estados-membros da Unesco, o cumprimento da Convenção em seus territórios, assegurando o compartilhamento e a transparência de informações, por meio de relatórios sobre as medidas tomadas para a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, encaminhados à Organização a cada quatro anos. Além de fomentar a consciência pública quanto à importância da diversidade das expressões culturais, e encorajar a participação ativa da sociedade civil nos esforços para alcançar os objetivos da Convenção, às partes também cabe integrar a cultura no desenvolvimento sustentável e fortalecer a cooperação internacional em prol dos países em desenvolvimento de diversas maneiras. E, dessa forma, concordam de buscarem apoio mútuo e complementaridade entre a Convenção e outros tratados dos quais participem, como também não perder de vista as disposições relevantes deste instrumento por conta de outras obrigações internacionais que se comprometerem. Assim, passa a existir um acordo e um compromisso firmado, provocando uma tendência discursiva que busca ser totalizante. (UNESCO, 2005)

proteção da diversidade. A UNESCO foi motivada pelos inúmeros casos de discriminação e exclusão vividos por pessoas consideradas “minorias”, como os povos indígenas e as populações imigrantes, conforme justificativa da própria agência. Couberam na expressão “diversidade cultural” todas as diferenças do mundo contemporâneo (MIRA, 2014).

Uma série de convenções e declarações sobre as temáticas da proteção e promoção do patrimônio cultural imaterial, das culturas populares e da diversidade cultural começou a provocar a geração de marcos legais de legitimação de tais demandas nos âmbitos nacionais (ALVES, 2011). Essas convenções e tratados geram obrigações e podem gerar sanções no descumprimento das normas acordadas. Segundo Costa Filho, Moreira Santos e Mendes (2012), uma vez aprovados pelo Congresso Nacional, tais documentos têm peso equivalente às emendas constitucionais, em função da Emenda Constitucional nº 45, aprovada no dia 8 de dezembro de 2004. São eles a *Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial*, promulgada pelo decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969; a *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, de 1972, promulgada através do decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977; a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, promulgada pelo decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006; a *Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos e Indígenas e Tribais*, promulgada pelo decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004; a *Convenção da Diversidade Biológica (CDB)*, promulgada através do decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; e a *Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, promulgada pelo Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007.

Como instrumentos jurídicos incorporados ao sistema normativo brasileiro, estão a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1977), a Convenção da Diversidade Biológica (1992) e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (2004). No entanto, somente a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais possui *status* de emenda constitucional. As declarações são como princípios jurídicos orientadores de instrumentos e ações, tais como

> [...] a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, a Declaração de Estocolmo de 1972, a Declaração da Rio-92, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos

> Humanos dos Povos Indígenas, adotada em 13 de setembro de 2007 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, após mais de 20 anos de negociações diplomáticas. Há ainda a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, adotada pela UNESCO desde 2002 (COSTA FILHO; MOREIRA SANTOS; MENDES, 2012, p. 4).

Para entendimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, são quatro as convenções ratificadas pelo Brasil: *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1977); *Convenção da Diversidade Biológica* (1992); *Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho* (2004) e *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (2007).

Todos esses documentos jurídicos podem ser entendidos como um mecanismo de interferência. Eles sugerem aos países membros que para o seu bom funcionamento, deve-se requerer a participação não só do setor público, mas da sociedade civil, do setor privado, especificamente as empresas e indústrias culturais.

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2007) destaca que as sociedades civis dos países em desenvolvimento e os indivíduos pertencentes às minorias e povos autóctones são “atores-chave” desse processo. Entre seus objetivos, tal Convenção compreende a promoção da diversidade das expressões culturais; o incentivo à livre interação entre culturas; o encorajamento ao diálogo intercultural e o fomento à interculturalidade (Art. 1º), de forma a reafirmar o princípio da proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural como condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras (2012, p. 9).

Para os “relativamente sem poder”, acredita Yúdice ser esta uma oportunidade de extraírem força de suas próprias culturas para enfrentar “a investida violenta dos poderosos”. Outros acreditam que “o conteúdo da cultura em si é quase irrelevante, importando que ele escora uma política de mudança” (2004, p. 15). O investimento em cultura, sensível ao gênero e à raça, fortalece a “fibra da sociedade civil”, promovendo um ambiente ideal para o desenvolvimento político e econômico. Recomenda Yúdice que o movimento antiglobalização deve analisar a sua própria colaboração no que diz respeito à sociedade civil globalizada das organizações não governamentais, caso desejem a erradicação da apropriação do bem público por parte do “novo regime de acúmulo capitalista baseado no trabalho cultural e intelectual” (2004, p. 492-493).

Acontece aí uma redefinição de significados no âmbito da cultura que demonstra um processo semelhante ao do modelo liberal em que a sociedade é recurso para gestão social no projeto de democracia, adquirindo uma responsabilidade moral (DAGNINO, 2004). Seu foco é o papel político da sociedade que interpreta como um dilema entre dois projetos, o democrático e o neoliberal, o que provocou uma “inflexão” na cultura política do Brasil e da América Latina. Por “inflexão”, a autora explica como sendo a noção teórica e empírica do projeto político neoliberal. É importante ressaltar que a interpretação de Dagnino (2004) vem de uma visão gramisciana, que considera a cultura como um importante elemento do sistema capitalista, além do político e econômico, da teoria marxista.

Esse seria o campo exemplar de “confluência perversa” advinda do encontro do Estado com as Organizações Não Governamentais (ONGs), que passam a representar um tipo de sociedade civil que Dagnino denomina de “interlocutores confiáveis”, considerados “parceiros ideais pelos setores estatais, empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil.” (2004, p.101). Diante dessa redefinição da noção de sociedade civil, as ONGs passam a ter um novo papel, que se torna plural, de diferentes sociedades civis que atuam a partir de equipes diretivas do Estado e de agências internacionais (ou transnacionais).

Como evidência da inflexão Estado e sociedade, Dagnino (2004) ressalta a aposta ocorrida nos anos 1990 em uma atuação conjunta, representada na inserção institucional dos movimentos sociais no aparato do Estado. Atores específicos da sociedade civil atuaram junto ao Estado, o que denota coincidências entre os projetos políticos e que também ressalta um obscurecimento de objetivos, já que os elementos sociedade civil, participação e cidadania tornaram-se mecanismos privilegiados na disputa política, significando um deslocamento de sentidos no projeto neoliberal.

A Constituição de 1988 representou, para Dagnino, o reflexo das mudanças institucionais, com significado político e concepções neoliberais. Nesse escopo neoliberal de redefinição de cidadania, a autora ressalta a redução do significado coletivo e a conexão entre cidadania e mercado, sendo este último a instância substituta para o exercício da cidadania e a existência de programas que ajudam a adquirir cidadania. O cidadão neoliberal é produtor e consumidor, havendo um deslocamento do significado da gestão da pobreza presente na noção de cidadania do modelo liberal.

Por outro lado, uma noção de preservação da diversidade como uma “biodiversidade” chega ao senso comum na forma da manutenção das tradições culturais, em função da qual são mobilizados “[...] rituais, práticas estéticas do dia-a-dia, tais como canções, lendas populares, culinária, costumes e outras práticas simbólicas” (YÚDICE, 2004, p. 13), elementos (ou recursos) capazes de alimentar o turismo e promover as “indústrias do patrimônio” (2000).

Tais práticas são contempladas como *patrimônios da humanidade* do tipo *imaterial*, que recebem o que a Mira chama de “selo de reconhecimento” (2014). Em seguida, passam a sere objetivadas em planos de salvaguarda por parte dos Estados nacionais, juntamente com instituições políticas e os grupos locais, “consequentemente, o conceito de recurso absorve e elimina distinções até então prevalecentes nas definições de alta cultura, da antropologia e da cultura de massa” (YÚDICE, 2004, p. 16).

Dessa forma, a cultura como recurso pode ser comparada à natureza como recurso, especialmente desde que ambas negociem por meio da “moeda da diversidade”. Portanto, a biodiversidade pode ser pensada como a questão central mais crescente do momento, assim como o gerenciamento de recursos, de conhecimentos, de tecnologias e o risco proveniente desses itens (2004, p. 13). Como risco, Yúdice aponta que,

> [...] ao aceitar as formas ocidentais de legislação a fim de proteger suas tecnologias (por exemplo a engenharia de variedades de grãos) e práticas culturais (por exemplo, as pinturas oníricas dos aborígenes), povos não ocidentais podem sofrer transformações ainda mais rápidas. Se determinada tecnologia ou um certo ritual não é comumente incluída(o) como forma de propriedade protegível, a apelação à legislação ocidental para assegurar que terceiros não se aproveitem pela quase certamente acarretará na aceitação do princípio de propriedade [...]. Cada vez mais, tanto nos recursos culturais quanto nos naturais, gerenciamento, é o nome do jogo. (2004, p. 14)

Os pesquisadores dos estudos culturais nos anos 1980 e 1990, defenderam essa “política consumista” relacionando a preparação do indivíduo para fazer exigências na esfera institucional liberal com um tipo de consumo que fortalece a identidade. No entanto, segundo Yúdice, tal política ainda precisa passar por teste mais rigoroso, especialmente se está crivada de contradições advindas de opositores à globalização que, apesar disso, consomem a música dos conglomerados do entretenimento, assim como outras formas de diversão produzidas pela mais globalizante das indústrias (2004, p. 21).

Foi nesse contexto das transformações ocorridas na década de 1960, nomeada depois por “virada cultural”, que também Stuart Hall se associava à primeira geração de uma “inteligência negra anticolonialista”, como se refere Liv Sovik (2003). Hall se integrou à *New Left* inglesa da qual faziam parte E. P. Thompson, Raymond Williams, Raphael Samuel e Charles Taylor, sendo muitos desses autores considerados marginais, por questões classistas ou geográficas.

A “virada cultural” está intimamente ligada a essa nova atitude em relação à linguagem, pois a cultura, para Hall, “não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas” (1997, p. 10). O próprio termo “discurso” refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. Para Hall, houve, naquele período, uma revolução do pensamento humano em relação à noção de “cultura” que tomou peso explicativo maior do que o habitual nas ciências humanas e sociais. Tal período apresenta aspectos de dimensões *epistemológicas* provenientes de uma revolução de atitudes relacionadas, sobretudo, à linguagem. Uma verdadeira mudança de paradigma se verifica, como destaca o autor.

A linguagem toma uma posição privilegiada na construção e circulação do *significado*, passando a constituir os fatos e não apenas a relatá-los, assumindo um papel cada vez mais importante entre os teóricos de diversos campos – filosofia, literatura, feminismo, antropologia cultura, sociologia (1997). Um novo paradigma rompe com a divisão da economia clássica (marxista) em relação à cultura, e no lugar surge uma triangulação entre economia, cultura e política que fornece à mercadoria aspectos simbólicos que agregam valor de estima. A cultura é invocada pela própria lógica do capitalismo contemporâneo e também como propulsora do desenvolvimento do capital.

A economia cultural, que é também uma economia política, revela a nova fase do crescimento econômico. Segundo Yúdice (2004), apesar da ênfase predominante, em sua teoria, no econômico e no material, em relação ao cultural e ao simbólico, Marx foi um dos primeiros cientistas sociais clássicos a reconhecer que “o que distinguia a ação social humana da ação animal era que a ação e o comportamento humanos eram guiados e informados pelos modelos culturais” (p. 35)..

Essa triangulação entre cultura, diversidade e desenvolvimento é também apontada por Barros (2008), primeiro como sendo proveniente da articulação “indissociável” entre a dimensão humanizadora e educativa, ao mesmo tempo que coletiva e política, e depois pela dimensão produtiva e econômica, cuja diversidade cultural é resultante não só das trocas entre sujeitos, grupos sociais e instituições, a partir de suas diferenças, como também de suas desigualdades, tensões e conflitos, sendo a “culturalização” da economia coordenada cuidadosamente, segundo Hall (1997). No entanto, para que exista possibilidades de produzir resultados reais que transcendam a “guerra simbólica”, as estratégias políticas concretas terão que ser ativadas em seus próprios espaços (BOLAÑO *apud* YÚDICE, 1999, p.39).

Além disso, a dimensão do desenvolvimento humano, que propõe algo além do crescimento econômico somente como conceito e prática sustentável, abriga nela mesma, interferências do Banco Mundial quanto à sua forma de classificação, conforme afirma Barros (2008). Tais interferências apresentam quatro tipos: *capital natural*, relativo aos recursos naturais com os quais uma comunidade, sociedade ou país contam; *capital construído*, gerado pelo ser humano e que inclui infraestrutura, bens de capital, capital financeiro, comercial etc.; *capital humano*, que é determinado pelos graus de nutrição, saúde e educação de sua população; e o *capital social*, definido pelas ciências sociais aplicadas como um conjunto de valores e atitudes compartilhados, “capazes de assegurar um grau máximo de confiança entre os atores sociais de uma sociedade, de uma comunidade ou de um grupo social” (*Ibidem*, p. 20).

O papel das ONGs no ativismo contra a transformação dos bens públicos em propriedade privada é financiar uma “alfabetização crítica”. A maioria das políticas públicas culturais, até agora, que focalizaram o reconhecimento, proporcionaram apenas um acesso à participação cidadã, o que foi viabilizado por essas organizações que se limitaram a abrir o acesso a fóruns de interlocução já estruturados de acordo com os regulamentos e protocolos das “empresas transnacionais” (YÚDICE, 2004).

Os administradores de recursos globais parecem ter “descoberto a cultura”, quando incorporaram noções de “manutenção cultural” e “investimento cultural”, mesmo que só verbalmente. A cultura está no discurso de convencimento dos líderes governamentais e empresariais como fator de confiança para atrair investimentos. Para o autor, muito mais que uma mercadoria, a cultura como recurso é também o eixo de uma nova estrutura epistêmica, existindo como uma imposição de normas e

instituições imersas numa racionalidade econômica ou ecológica.

O neoliberalismo reintroduz a expectativa de que “instituições de assistência” devem ser situadas dentro da sociedade civil, não no governo. Essa questão abre novos espaços para o ativismo, o que permite certos tipos de habilitação ao mesmo tempo que disponibiliza novas formas de gerenciamento social. Yúdice recorre ao conceito de sociedade civil apresentado por Foucault, definido como “um conjunto concreto dentro do qual esses pontos abstratos, os homens econômicos, precisam ser situados para que sejam gerenciáveis adequadamente” (FOUCAULT *apud* YÚDICE, 2004, p. 20).

No entanto, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) recorrem à cultura como uma panaceia, mas se limitam a implantar tímidos programas de redução da dívida nos países mais pobres. Dessa forma, a redução da dívida não altera a estrutura produtora de desigualdade, que é a legalização da divisão internacional do trabalho e a transformação de tudo em propriedade, inclusive a experiência. (YÚDICE, 2004, p. 88)

Apesar da ou por causa dela, como sugere Hall (1997), a globalização pode ter sido causadora de uma “nova divisão internacional do trabalho cultural”, a qual imbrica a diferença local com “administração e investimento transnacionais”. No entanto, Yúdice ressalta que não são homogeneizados os efeitos dessa cultura transnacional crescente, “evidente nas indústrias do entretenimento e na assim chamada sociedade civil global das ONGs” (1997). São as diferenças regionais e nacionais, entendidas como “campos de força” estruturados de modos diferentes, formando o sentido de qualquer fenômeno, da canção pop ao ativismo ambiental e antirracista, “funcionais para o comércio e o ativismo globais” (YÚDICE, 2004, p. 17).

Evelina Dagnino (2004) chama de “produção transnacional” essa tendência mundial de organização de papéis mais diferenciados das ONGs e ainda mais especializados dos governos locais. Como uma imposição global dos elementos políticos culturais adequados à implementação do modelo neoliberal, o papel das agências transnacionais tem sido absolutamente apontado na raiz desse deslocamento.

Jorge, dos Arturos, fez um apelo durante a sua fala no *Café Controverso*[41], evento no qual estava presente como congadeiro mineiro, que me parece próximo do

[41] Debate sobre o registro do Reinado mineiro como Patrimônio Cultural Imaterial, realizado em 20/06/15 no *Espaço Conhecimento* da UFMG, localizado na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.

problema de “crise de representação”, ao se referir às políticas de salvaguarda e de incentivo cultural.

> A gente precisa de apoio que realmente chegue aos grupos de Congado, às comunidades tradicionais, às comunidades quilombolas. Porque, o que se tem hoje, a nível estadual, nacional, atende muito mais aos produtores culturais... me desculpem aqui os produtores que aqui estiverem, mas é um fato que nós congadeiros encaramos como uma realidade [...]. (Jorge Antônio dos Santos durante debate realizado em 20/06/15)

Jorge enfatiza a desigualdade no acesso às políticas públicas de cultura, que são mais oportunizadas a grupos privilegiados, como os produtores culturais, cuja formação privilegia o acesso aos recursos, altamente excludentes pela linguagem jurídica complexa, característica de seus mecanismos. Tal fato é agravado pela dificuldade apresentada por alguns grupos, interiorizados e mesmo aqueles localizados na região metropolitana, em acessar editais e outros mecanismos, ficando muitos desses grupos submetidos às espoliações dos produtores culturais, mais interessados em autopromoção que na preservação de suas tradições.

> Os grupos de congado, a maior parte deles hoje, não tem uma formação, e muitas das vezes, nem informação dos caminhos que se tem pra poder ter essa condição de preservar as suas tradições. Muitas das vezes, nós que estamos aqui na região metropolitana, a gente tem a condição de nos inscrevermos num edital, mas quantos dos nossos irmãos não têm essa mesma condição? Quantos irmãos nossos que estão na área rural, que sacrificam pra poder manter os seus Reinados? E a gente não vai muito longe não, aqui na Região Metropolitana também tem. Então, eu acho que pensar no Plano de Salvaguarda a nível nacional é pensar em ação eficaz, que realmente atinja esses grupos que são os detentores do saber. Os nossos mestres estão indo! Os nossos mestres estão indo! E estão deixando esse legado pra nós! E eu aqui, com essa responsabilidade nesse evento, né? De falar sobre o Reinado em Minas... Eu deixo até como um apelo que o Plano de Salvaguarda atinja os grupos que realmente precisam, e que não continuem, simplesmente, promovendo os produtores culturais, e até mesmo artistas que usufruem da cultura raiz, que é o nosso Reinado pra se auto promoverem. (Jorge Antônio dos Santos durante debate realizado em 20/06/15)

Para Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, é ponto central nessa discussão sobre cultura e desenvolvimento o fato de muitos produtores diretos da cultura popular carecerem de um maior apoio e amparo que os produtores de cultura inscritos em outros circuitos da produção cultural. Esses produtores culturais populares precisam da valorização de sua cultura, “não necessariamente da valorização de sua cultura como a mais genuína” (2005, p. 32).

A questão crítica é o acesso aos direitos básicos de cidadania, como moradia, educação, saúde, principalmente onde a presença do Estado é mais escassa e muito precária, quando existente. Portanto, a autora conclui que a inclusão social é ainda um desafio para a nossa democracia, e acrescenta que há ainda outro tipo de diferença em jogo.

> A noção de cultura traz consigo uma vocação antropológica universalista: é a vasta trama de significados inerentes à natureza coletiva da experiência humana. Os desníveis e desigualdades do mundo atravessam-na, porém, e a noção também se presta a classificar, hierarquizar, distinguir entre si processos de produção cultural. (CAVALCANTI, 2005, p. 28)

Por sua vez, os circuitos de um processo cultural denominado como "popular" são também heterogêneos, o que não se resolve com uma simples inflexão da expressão singular para o plural – "culturas populares" – porque dessa maneira continuam homogêneas internamente e niveladas entre si, posicionadas em bloco em relação a outros tipos de cultura. Portanto, tipificar a cultura opondo tipos rigidamente diferenciados é "falsear um universo sempre mais rico, porque heterogêneo e dinâmico" (*Ibidem*, p. 29).

Cavalcanti coclui que quanto mais qualificados forem os interlocutores e os diferentes processos culturais, menos usaremos a noção de cultura popular como "rótulo genérico e tipificador". Dessa maneira, Caio Csermak acredita que a seguinte questão deve ficar clara:

> [...] com um desenho de políticas públicas que demanda alta profissionalização dos/as produtores/as culturais, não existe igualdade de acesso às políticas e recursos públicos, pois é também deste processo de industrialização da cultura que as culturas populares estão excluídas. (2013, p. 102)

Como exemplo disso, Csermark recorre ao histórico da Lei Rouanet[42] para demonstrar que os projetos com capacidade de captação de recursos são, em sua maioria, grandes projetos localizados na região sudeste do Brasil que têm apelo junto às grandes empresas. Por sua vez, essas empresas utilizarão do incentivo fiscal para financiar projetos que visem ao grande público, a fim de verem suas marcas atreladas

[42] A Lei Rouanet, criada no início da década de 1990, é um mecanismo de renúncia fiscal para empresas que apoiam projetos culturais. Ela foi o principal mecanismo de incentivo à cultura durante o governo FHC e continua sendo uma das principais formas de fomento à cultura no Brasil.

às a esses projetos, numa ação de *marketing* cultural, o que leva o pesquisador a concluir que

> Considerando que as culturas populares são grupos social, étnica e racialmente marginalizados, é de se esperar que não consigam financiamento junto a estas empresas, que querem suas marcas atreladas a projetos que visam o grande público, ou ao menos o público consumidor de seus produtos. (2013, p. 103)

A construção do Cultura Viva coexiste, no entanto, com a política de “cultura como bom negócio” desenvolvida durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso no período de 1995 a 2003, que optou por uma política que diminuía de forma sistemática as suas instituições, procurando legar ao mercado o papel de fomentador da cultura nacional e impedindo a consolidação de uma burocracia fortalecida e eficiente.

> [...] Em se tratando do modelo implementado por Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, parece ter prevalecido uma interpretação do Brasil marcada por uma noção negativa do Estado, sempre entendido como um órgão "capturado" por "lobbies" incrustados nas burocracias ministeriais (MATTOS, 2006, p.155-156).

A estruturação do Ministério da Cultura também foi deixada em segundo plano. O governo FHC manteve a queda do efetivo especialmente influenciado pela reforma da previdência, que forçou a aposentadoria de vários funcionários. Ainda, além da grande quantidade de aposentadorias realizadas, o Ministério da Cultura conservou a política de não realização de concursos públicos por todo o mandato, tendo como principal forma de contratação as parcerias com órgãos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), caracterizado pela isenção deliberada do Estado, muitas vezes usando como justificativa a necessidade de autonomia do setor.

O setor cultura, durante o governo Lula, de 2003 a 2011, apresentou uma série de modificações. O ministério foi assumido por Gilberto Gil, que tinha como principais metas o protagonismo do Estado, com o aumento de verbas e reestruturação de pessoal; o princípio da descentralização da verba a outros grupos, buscando abarcar uma diversidade; e a construção de um marco regulatório (RUBIM, 2008 e 2009).

O projeto político-democratizante no Brasil foi amadurecido desde o fim do período do regime militar e fundado com a ampliação da cidadania. Foi, portanto, um

projeto gestado no interior da sociedade civil, com a constituição de um campo ético-político com papel fundamental na transição democrática. Dessa forma, a sociedade civil era como trânsito para o aparato do Estado.

Nesse movimento de redefinição da sociedade civil, Dagnino aforma que a politização também é algo temível, pois o Estado passa a ver as ONGs como interlocutoras representativas, e a legitimidade da representatividade deslocada para o tipo de competição que possuem. Isso parece ter implicações importantes nessa reconfiguração que revela, segundo a autora, uma “crise de representação”, tanto por parte do Estado quanto por parte da sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi compreender o modo como os Arturos se organizaram para o acesso a políticas públicas. Para isso, mapeamos a rede de atores e instituições que se articulavam com a comunidade, descrevendo o papel desempenhado por cada uma delas. Além disso, buscamos compreender como o uso da identidade quilombola e de outras identidades era mobilizado por eles, especialmente junto aos órgãos públicos.

Utilizando uma metodologia mais flexível[43], conduzida a partir de entrevistas não estruturadas, percebi que para compreender o modo como os Arturos se organizavam seria necessário entender o funcionamento do Reinado na comunidade e, principalmente, de um de seus componentes mais importantes, a Irmandade. Isso aconteceu porque o Reinado se mostrou, ao longo da pesquisa, como uma instituição central, tanto para a religiosidade da comunidade como para a compreensão de sua organização e articulação com atores e instituições não pertencentes aos Arturos.

Assim, a estrutura da comunidade, muito vinculada à descendência de Seu Arthur, era classificada por uma lógica advinda do Reinado, segundo a qual os descendentes de primeira linha ocupavam os postos mais importantes. A organização espacial inseria em seu centro a Capela de Nossa Senhora do Rosário, ao lado da casa paterna, construída por Arthur Camilo e ocupada por Seu Mário, atual patriarca da comunidade. Por fim, a organização política, de representação e atuação com órgãos oficiais, era exercida pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem, que é uma parte do Reinado responsável pela organização do calendário festivo.

Dessa forma, contraponho a ideia de que o Reinado seria, para os Arturos, uma tradição inventada, decadente, apartada da vida cotidiana devido à perda de seu valor prático (HOBSBAWN, 1984). Ao contrário, o Reinado mostrou-se como um fato social total (MAUSS, 2003), regulando diversas dimensões da vida da comunidade e, ao mesmo tempo, sendo capaz de tornar a comunidade presente visível e pensável, especialmente durante suas festas e rituais[44].

Apesar da capacidade de totalização do Reinado, decidi dar destaque a um de seus elementos, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem. As

---

[43] Conf. Introdução.
[44] Conf. Capítulo 1.

Irmandades, existentes na Europa desde a Idade Média, foram inseridas no contexto brasileiro no século XVII. Seu fortalecimento era concomitante ao processo de interiorização da colonização e serviu como braço de atuação da Coroa, mas também como importante instituição de organização e resistência política dos negros[45].

Entre os Arturos, o papel da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário é destacadamente político. Durante esta pesquisa, foram apresentadas suas funções de representação da comunidade, de ocupação pelos seus dirigentes de espaços de participação pública, de atuação como mediadora das relações com as pessoas que não são consideradas arturas. No entanto, a Irmandade nem sempre exerceu tais funções. Ela assumiu esse papel político quando a comunidade passou a ser assediada por um número cada vez maior de pesquisadores, produtores culturais, imprensa, dentre outros interessados. O assédio de agentes diferentes, como vimos no capítulo 3, não foi uma exceção em relação a outros grupos tradicionais, oq ue foi proveniente do fortalecimento da pauta da cultura durante a segunda metade do século XX, que tornou as ações estatais e o discurso desenvolvimentista associado ao discurso sobre identidade e diferença.

Nesse sentido, o Estado passou a operar por meio de classificações sociais que buscavam a universalização do acesso a direitos e o respeito às diferenças. Por outro lado, a ênfase à diversidade cultural, dada especialmente após o fortalecimento da noção de desenvolvimento sustentável durante a ECO92, inseriu bancos e grandes empresas em projetos culturais que pudessem veicular uma ideia de pacificação dos conflitos sociais.

Tal alteração do comportamento do Estado e do mercado foi, em grande parte, orquestrada por agências transnacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas agências realizaram uma produção transnacional dos papéis (DAGNINO, 2004), diferenciando as responsabilidades do Estado e do mercado, mas também inserindo as ONGs como representantes da sociedade civil e, ao mesmo tempo, como representantes diferenciados por suas *expertises* e capacidade de agir como braço do poder público[46].

---

[45] Conf. Capítulo 2.
[46] Conf. Capítulo 3.

Na comunidade dos Arturos tal processo deu grande divulgação à comunidade, atingindo tanto o meio acadêmico, com especial atuação dos pesquisadores, quanto o público geral, por meio de pessoas que os acessavam depois da exposição midiática que o grupo foi ganhando progressivamente. Internamente, no entanto, tal processo de fortalecimento das ONGs foi vista de forma invasora, na medida em que não respeitava a importante regra de cortesia do Reinado (LUCAS, 2005) que diz: “A gente não pode entrar na casa dos outros sem pedir licença”.

O modo como esses grupos passaram a assediar a comunidade gerou substantivos problemas à comunidade, muitos deles identificados por suas lideranças[47]. Dos problemas relatados, podemos ressaltar o papel de porta-voz assumido por alguns pesquisadores, que nem sempre agiam da forma mais adequada em sua responsabilidade de divulgar e informar publicamente os interesses dos Arturos.

O fortalecimento das ONGs, por sua vez, gerado pelo processo de mercantilização da diversidade cultural, transformava conhecimentos e celebrações tradicionais em apresentações e espetáculos, explorando somente as características puramente formais de suas manifestações (CARVALHO, 2005). Entre os Arturos, tal processo foi visto como uma invasão a partir da qual as divisões entre o sagrado e o profano[48] eram desconsideradas e, quando muito, mal manipuladas. Como se não fosse suficiente, a imensa centralização que essas ONGs exerciam no planejamento e na execução dos projetos legava à comunidade e a suas lideranças um simples papel de coadjuvantes, situação recorrentemente refletida nos poucos ganhos materiais que eram capazes de prover.

O aumento do protagonismo dos Arturos se deu no seio de suas próprias estruturas tradicionais. No fim da década de 1990, com a percepção da necessidade de diminuir o ônus provocado por esse processo, os Arturos observaram na Irmandade uma importante porta para o fortalecimento de suas próprias lideranças. Isso aconteceu, primeiramente, porque a instituição já estava integrada à família desde a década de 1970, embora ainda não fosse comandada pelos descendentes de Seu Arthur, e em segundo lugar porque a entidade, já sendo parte do Reinado, estaria na posição adequada para lidar com a necessidade de proteção dos elementos sagrados de suas manifestações.

---

[47] Conf. Capítulo 2.
[48] Conf. Capítulo 2.

O papel assumido pela Irmandade, no entanto, não cumpria somente funções internas à comunidade, mas estabelecia um novo tipo de relação com advogados, representantes do poder público, além dos recorrentes pesquisadores e produtores culturais. Embora muitos problemas tenham ocorrido devido ao processo como a cultura havia sido incorporada e capitalizada, tanto por agências transnacionais quanto por ONGs e pesquisadores, a estratégia elaborada pelos Arturos para a reversão dessa condição não foi de embate direto, mas do uso desses atores para fortalecimento e manutenção das suas instituições e tradições culturais.

Assim, podemos descrevemos dois processos comuns para o estabelecimento de parcerias[49]. No primeiro, observamos que a realização de trabalhos, por parte de pesquisadores na comunidade, passou a obedecer um certo protocolo no qual a Irmandade não só deveria ser consultada previamente, como a sua realização se daria mediante a aprovação, em assembleia, e em especial, dos filhos de Seu Arthur.

Seguindo direção oposta, de dentro para fora, a produção de projetos para a comunidade seria estabelecida por iniciativa de suas próprias lideranças, devendo ser aprovada pelos descendentes diretos e em assembleia geral para, então, ser solicitado o apoio de especialistas e de produtores culturais.

Nesse processo, os Arturos de primeira linha, também nomeados de lideranças religiosas, ganharam um espaço de grande importância, em que não somente podem adquirir informações dentro de uma estrutura mais familiarizada, como passaram a possuir maior relevância no processo decisório.

No entanto, a manutenção de parcerias com outros produtores culturais dá-se, em grande parte, pela incapacidade de superar o processo de marginalização provocado pela condição de classe, o que os torna dependentes de especialistas na produção de projetos e prestações de contas. Recentemente, Jorge[50] me disse que alguns jovens estariam sendo capacitados para concorrer a editais.

A posição híbrida assumida pela Irmandade, entre o “mundo lá fora” e “aqui dentro”, a condiciona como uma tradutora, um órgão mantido para a proteção da comunidade, distinguindo o sagrado do profano, o tradicional do moderno, em situações nas quais esses conceitos possam estar ameaçados. Atualmente, outros dispositivos também vêm sendo desenvolvidos, como o Grupo Filhos de Zambi, responsável por produzir uma versão para exibição das manifestações arturas em que

[49] Conf. Capítulo 2.
[50] Entrevista realizada em 26/06/2015.

há a proteção de seus elementos sagrados, e o Centro de Memória dos Arturos, que pretende ser um lugar no qual pesquisadores possam obter informações sobre a comunidade sem a necessidade de recorrer às lideranças religiosas.

Assim como a porteira relatada na tese de Viegas (2014) que, separando a comunidade do mundo lá fora[51], é responsável pela divisão entre o mundo sagrado e o desconhecido, a Comunidade dos Arturos constrói novas formas de acesso e controle dos perigos gerados por um mundo exterior ao deles. A Irmandade, que parece ser a principal instituição que media essa relação, é só um mecanismo entre outros que já existiram e de outros que ainda virão.

[51] Conf. Capítulo 2.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. P. M. 2011. **A economia simbólica da cultura popular Sertanejo-Nordestina**. Maceió: EDUFAL

ARRUTI, J. M. A. 1997. **A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas**. Mana, 3(2), p. 7-38.

BARROS, J. M. 2008. Diversidade Cultural: Da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 159 p.

BOSCHI, C. C. 1986. **Os leigos e o poder irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ed. Ática

CARNEIRO DA CUNHA, M. 1978. **Os mortos e os Outros: Uma análise do Sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó**. São Paulo/SP: Editora Hucitec.

CARVALHO, J.J. **Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento**. In: Celebrações e Saberes da Cultura popular. Rio de Janeiro: CNFCP/IPHAN, Série Encontros e Estudos, 2004.

CAVALCANTI, Maria Laura. **Culturas populares: múltiplas leituras**. In: Anais do I Seminário de Políticas Públicas para as Culturas Populares. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério da Cultura Brasília, 2005, p. 28-33.

COSTA FILHO, A.; MENDES, A. B. V.; SANTOS, A. F. M. 2012. **Tratados Internacionais, populações tradicionais e diversidade biológica**. Revista Teoria & Sociedade, Belo Horizonte, Número Especial: Antropologias e Arqueologias, hoje, p. 1-16.

CZERMAK, C. 2013. **Pro povo é festa, pra gente é outra coisa: cultura popular, raça e políticas públicas na Comunidade Negra dos Arturos**. Dissertação (Metrado em Antropologia Social). – Universidade de Brasília, Brasília.

DAGNINO, Evelina (2004). **Sociedade, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: Daniel Mato (coord.), Políticas de cidadania e sociedade civil em tempos de globalização. Caracas: FACES, Universidade Central da Venezuela, 2004, p. 95-110.

EVANS, Peter. 2004. **Autonomia e Parceria: Estados e Transformação Industrial.** Rio de Janeiro, Editora da. UFRJ.

EVANS-PRITCHARD, Sir E. E. 2005. Bruxaria, **Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

GOMES, N. P. de M. & PEREIRA, E. de A. 2000. **Negras Raízes Mineiras: Os Arturos**. Juiz de Fora: EDUFJF / Min. Cul.

HALL, S. 2006. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte:

UFMG

_____. 1997. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul/dez.

HOBSBAWN, E. 1984. **Introdução: A invenção das Tradições**. In. HOBSBAWN, E. & RANGER, T. (orgs.) A invenção das tradições. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA. 2014. **Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos** – Contagem/MG. Belo Horizonte.

LATOUR. 2012. **Primeira Fonte de Incerteza: Não Há Grupos, Apensas Formação de Grupos**. In. Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador, Bauru: EDUFBA, EDUSA.

LUCAS, G. 2002. **Os sons do Rosário**. Ed. UFMG, Belo Horizonte.

_____. 2005. **Música e tempo nos rituais do Congado mineiro dos Arturos e do Jatobá**. Tese (Doutorado em Música). – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARTINS, L. M. 1997. **Afrografias da memória: o reinado do rosário no Jatobá**. São Paulo: Perspectiva: Belo Horizonte: Mazza Edições.

MATTELART, A. 2005. **Diversidade cultural e mundialização.** São Paulo: Parábola.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa, **A formação do estado regulador**, Novos Estudos - CEBRAP, 2006, p. 139-156

MAUSS, Marcel. 2003. **O ensaio sobre a dádiva**. In. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify.

MIRA, F. C. Diversidade **cultural em São Paulo: O Orgulho Caipira**. In. FARIAS, Edson; MIRA, M. C. (Orgs.). Faces Contemporâneas da Cultura Popular. Jundiaí: Paco Editorial, 2014, 364 p.

RUBIM, A. A.C. 2008. **Políticas Culturais do Governo Lula / Gil: Desafios e Enfrentamentos**. In. Políticas culturais na Ibero-América, 3, 51.

_____. 2009. **Políticas culturais e novos desafios** In. Cultural policies and new challenges, MATRIZES, 2.

SABARÁ, R. 1997. **Comunidade Negra dos Arturos: o drama do campesinato negro no Brasil**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: USP.

SALLES, F. T. de. 1963. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros (UFMG).

SOVIK, 2003. **Apresentação: para ler Stuart Hall**. In. HALL, S. 2006. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG.

VIEGAS, M. I. A. 2014. **O Enigma do Rosário: os mistérios da (r)existência nas correntezas da urbanização**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Belo Horizonte.

UNESCO. 2005. **Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris: UNESCO.

YÚDICE, George. 2004. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.